

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2023**

2ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
CRIMINAL



RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2023**

2ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
CRIMINAL

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procurador-Geral da República

Paulo Gustavo Gonet Branco

Vice-Procurador-Geral da República

Hindenburg Chateaubriand Pereira Diniz Filho

Vice-Procurador-Geral Eleitoral

Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ouvidor-Geral do Ministério Público Federal

Brasilino Pereira dos Santos

Corregedora-Geral do Ministério Público Federal

Célia Regina Souza Delgado

Secretária-Geral

Eliana Péres Torelly de Carvalho



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2023**

2ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

CRIMINAL

BRASÍLIA
MPF
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823r

Brasil. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2.
Relatório de atividades 2023 – Brasília : MPF, 2024.
66 p. : il., fots., gráfs. color.

Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/relatorios-de-atividades>

1. Ministério Público Federal - relatório. 2. Persecução penal - Brasil. 3. Trabalho escravo – Brasil. 4. Tráfico de pessoas – Brasil – 5. Criptomoeda. - Brasil. Título

CDDir 341.413

Elaborado por Gisele Bornacki Costa – CRB1/2076

Coordenação, elaboração e organização

2ª Câmara de Coordenação e Revisão

Planejamento visual, revisão e diagramação

Secretaria de Comunicação Social (Secom)

Normalização Bibliográfica

Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa (Cobip)

2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

SAF Sul Quadra 4 Conjunto C.

CEP: 70050-900 – Brasília-DF

Tel: +55 61 3105.5100

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	7
1	SOBRE A 2ª CCR	9
1.1	Atribuições	9
1.2	Colegiado	9
1.3	Equipes de Apoio	10
2	DESTAQUES DA ATUAÇÃO.....	12
2.1	Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas	12
2.2	Tribunal do Júri	14
2.3	Cibersegurança	15
2.4	Criptoativos	15
2.5	Gaecos MPF	16
2.6	Atuação conjunta com a Receita Federal do Brasil – Representações Fiscais para Fins Penais (RFFPs).....	17
2.7	Enunciados e Orientações	18
2.7.1	Enunciados	18
2.7.2	Orientações	20

2.8	Comissões, grupos de apoio, grupos de trabalho	20
2.8.1	GT Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal.....	20
2.8.2	Grupo de Trabalho sobre Fraudes Previdenciárias	24
2.8.3	Grupo de Apoio ao Combate à Escravidão Contemporânea e ao Tráfico de Pessoas (Gacec-Trap)	24
2.8.4	Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro, Crimes Fiscais e Investigação Financeira e Crimes do Sistema Financeiro (Gald/CFIF/CSF).....	26
2.8.5	Grupo de Apoio ao Tribunal do Júri (GATJ).....	32
2.8.6	Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética (Gacc).....	34
2.8.7	Grupo de Trabalho sobre Acordos de Não Persecução Penal (ANPP).....	55
2.8.8	Grupo de Trabalho sobre Criptoativos	59
2.9	Eventos e Orçamento.....	61
2.9.1	Reuniões.....	61
2.9.2	Referencial Orçamentário.....	62
3	PUBLICAÇÕES	64
4	ATIVIDADES DE REVISÃO.....	65

APRESENTAÇÃO

O *Relatório de Atividades da Câmara Criminal* (2ª CCR/MPF) apresenta ao público em geral e aos integrantes do Conselho Superior os trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2023, que teve como foco a eficiência da persecução penal e a interlocução com órgãos parceiros.

Atenta ao crescimento de crimes envolvendo ativos digitais, a 2ª CCR deu um passo pioneiro com a elaboração e divulgação do *Roteiro de Atuação em Criptoativos*, o qual servirá de referência para os membros em todo o Brasil, permitindo maior eficiência na persecução penal e patrimonial desses delitos, e será fundamental rumo à capacitação do MPF sobre uma realidade que já existe e é bastante relevante.

O combate ao trabalho escravo contemporâneo, com ampliação da participação de procuradores da República nas operações realizadas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel também representou importante avanço na persecução desse tipo de crime que ainda persiste no Brasil.

Outro destaque foi o aumento da participação do Grupo de Apoio ao Tribunal do Júri na definição de estratégias, na formulação de pedidos e na produção de peças e manifestações aos procuradores naturais, entre outras atividades, o que tem resultado em melhores índices de condenações.

Além disso, o combate aos crimes cibernéticos e o auxílio na utilização de provas digitais de forma ágil e eficiente permitiram sucesso em casos complexos, e os procuradores naturais contaram com a *expertise* do Grupo de Apoio de Combate aos Crimes Cibernéticos.

A Câmara Criminal manteve interlocução com a Receita Federal e empreendeu esforços visando padronizar as representações fiscais para fins penais e trabalhou, com o Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro, na alteração das regras em casos de lavagem de dinheiro e centralização do recebimento dos dados fiscais pelo MPF, o que permitirá ampliar e facilitar o trabalho no enfrentamento dos ilícitos penais fiscais.

Deu-se, também, continuidade ao fortalecimento dos Gaecos/MPF, com destaque para a instituição da Doutrina de Inteligência Criminal, que tem o objetivo de disciplinar, padronizar e orientar a atuação, definindo metodologias e procedimentos para busca, coleta, análise, difusão e proteção do conhecimento produzido no âmbito das investigações, permitindo enfrentamento mais efetivo da macrocriminalidade.

A Câmara Criminal contou, ainda, com as importantes contribuições do Grupo de Trabalho sobre Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal, com a apresentação de propostas de enunciados e orientações sobre temas recorrentes, sugestões para criação de mecanismos divulgação e pesquisa das jurisprudências das Câmaras, melhorias quanto ao acesso, controle e uso do Projeto Prometheus da Polícia Federal, entre outras questões que impactam no trabalho dos membros com atuação criminal e permitem imprimir mais eficiência na persecução penal.

Quanto aos procedimentos encaminhados a título de revisão, a 2ª CCR buscou dar agilidade nas deliberações e manter o acervo enxuto, o que também foi propiciado pelos enunciados e orientações, mantendo-se a estratégia de analisar os feitos mais antigos.

Portanto, a Câmara Criminal desempenhou suas atividades focada na produção de resultados úteis ao MPF, buscando eficiência e utilidade da persecução penal e permitir uma atuação resolutiva, dirigida para temas mais complexos e com impacto para a sociedade.

CARLOS FREDERICO SANTOS
Subprocurador-Geral da República

Coordenador

1 SOBRE A 2ª CCR

1.1 Atribuições

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) é um órgão colegiado da Procuradoria-Geral da República (PGR), incumbido da coordenação e da revisão da atuação funcional dos membros do MPF na área criminal. No desempenho de suas atribuições, a 2ª Câmara tem como objetivo concorrer para a realização da paz social, da justiça e da dignidade da pessoa humana.

A criação, a organização e as atribuições da 2ª Câmara encontram-se previstas na Lei Complementar nº 75/1993, arts. 58 a 62; no Regimento Interno do MPF (Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008); no Regimento Interno da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão (Resolução CSMPF nº 180, de 6 de fevereiro de 2018); e na Resolução nº 20, de 6 de fevereiro de 1996 (alterada pelas Resoluções CSMPF nº 23, de 23 de abril de 1996; nº 26, de 4 de junho de 1996; nº 31, de 27 de junho de 1997; nº 40, de 31 de março de 1998 e nº 119, de 4 de outubro de 2011 e nº 148, de 1º de abril de 2014).

1.2 Colegiado

Considerando os arts. 60 e 61 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista a deliberação do CSMPF na 5ª Sessão Ordinária, realizada em 8 junho de 2020, a composição da Câmara atualizada para o biênio 2022-2024 por meio da Portaria PGR/MPF nº 440, de 10 de junho de 2022.

Tendo em vista o mencionado instrumento, em 2023, o Colegiado da 2ª Câmara contou com a seguinte composição:

Titulares	
Carlos Frederico Santos	Subprocurador-Geral da República (Coordenador)
Luiza Cristina Fonseca Frischeisen	Subprocuradora-Geral da República
Francisco de Assis Vieira Sanseverino	Subprocurador-Geral da República

Suplentes	
Paulo de Souza Queiroz	Procurador Regional da República
Adriana de Farias Pereira	Procuradora Regional da República
José Robalinho Cavalcanti	Procurador Regional da República

Por meio Portaria PGR/MPF nº 863, de 11 de novembro de 2022, o procurador regional da República José Robalinho Cavalcanti foi indicado para atuar como suplente no Colegiado para mandato de 11 de novembro de 2022 a 12 de junho de 2024.

1.3 Equipes de Apoio

No ano de 2023, atuaram como integrantes das equipes de apoio da 2ª Câmara os seguintes servidores:

Secretaria-Executiva

Nome	Cargo	Período
Tulio Borges de Carvalho	Secretário-executivo	Desde 16 de setembro de 2017

Assessoria Administrativa

Nome	Cargo
Daniele Flávia Oliveira	Assessora Administrativa
Ana Claudia de Souza Lopes	Técnico do MPU/ Administração
Andrea Paiva da Mota	Técnico do MPU/ Administração
Camila Viana Lima	Técnico do MPU/ Administração
José Guilherme Elias Batista	Técnico do MPU/ Administração
Rivanilde Xavier dos Santos Sato	Técnico do MPU/ Administração

Assessoria de Coordenação

Nome	Cargo
Valbene Mesquita de Moraes	Assessora de Coordenação
Francisco Gil Lorenzoni Júnior	Técnico do MPU/ Administração
Gisela Cabral Sampaio de Lacerda	Técnico do MPU/ Administração
Igor Costa de Britto Carvalho	Analista do MPU/ Direito
Paulo Roberto Bastos Cortes	Técnico do MPU/ Administração
Sara Francisco de Almeida	Técnico do MPU/ Administração
Tacila Sanchez Ribeiro	Técnico do MPU/ Administração

Assessoria de Revisão

Nome	Cargo
Tagore Pacheco Thomaz de Magalhães	Assessor de Revisão
Anna Karina Dicesar Martins de Araújo Gonçalves	Analista do MPU/ Direito
Carlos Magno de Deus Rodrigues	Requisitado
Daniel de Medeiros Gangana	Analista do MPU/ Direito
Florencio Neto Palha Dias Neves	Analista do MPU/ Direito
Geraldo Barbosa Silva	Analista do MPU/ Direito
Hélio Jorge Oliveira Paixão, a partir de 26 de setembro de 2023	Contratado
José Luiz Santos Rocha, até 3 de outubro de 2023	Analista do MPU/ Direito
Lúcio de Sousa Araújo Lira, até 9 de abril de 2023	Analista do MPU/ Direito
Marcella Alves Vilela	Analista do MPU/ Direito
Monique do Vale Martins Lima	Analista do MPU/ Direito
Ricardo Medeiros de Araújo Sobrinho	Analista do MPU/ Direito
Rogério Cursino Vieira, a partir de 4 de outubro de 2023	Analista do MPU/ Direito
Soraya Paula da Silva Boaventura Duarte	Analista do MPU/ Direito
Victor Dechiqui Barbosa	Analista do MPU/ Direito

2 DESTAQUES DA ATUAÇÃO

2.1 Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas



Arte: Secom/MPF.

O combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao tráfico de pessoas tem sido uma das prioridades da Câmara Criminal nos últimos anos. Por essa razão, a participação de procuradores da República nas operações realizadas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel tem sido ampliada a cada dia.

A participação em campo é coordenada pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e, além de auditores fiscais do trabalho e membros do MPF, as ações em campo reúnem membros do Ministério Público do Trabalho, da Defensoria Pública da União, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Em 2023, o MPF participou de 34 operações, sendo 17 idas a campo por procuradores naturais e 17 por integrantes do Grupo de Apoio ao Combate à Escravidão Contemporânea e Tráfico de Pessoas (Gacec-Trap). Em 2022, o MPF participou de 28 operações de resgate às vítimas do trabalho análogo ao de escravo e, em 2021, foram 18 missões dessa natureza.

<https://portal.mpf.mp.br/novaintra/informa/2023/camaras-e-pfdc/2ccr/combate-ao-trabalho-escravo-mpf-atua-em-432-processos-em-curso-na-justica-federal>

Com o intuito de apoiar e aprimorar o combate a esse crime, no mês de agosto de 2023, a 2ª Câmara participou da “Operação Resgate III”, em que foram resgatados mais de 500 trabalhadores em condição análoga à escravidão.



Fonte: Alexandre dos Santos Silva/MTE.

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/setembro/operacao-resgate-iii-retira-mais-de-500-trabalhadores-de-condicao-analoga-a-escravidao>

2.2 Tribunal do Júri

Em 2023, também houve atuação significativa do Grupo de Apoio ao Tribunal do Júri (GATJ) em processos relativos a crimes contra a vida, considerados complexos e de grande repercussão nacional e internacional.

Nesse ano, a Câmara apoiou a atuação do grupo em 43 novos casos e em 21 processos de competência do Tribunal do Júri de forma presencial e remota, possibilitando a participação em audiências, interrogatórios e julgamentos, para apoio aos procuradores naturais na definição de estratégias; na formulação de pedidos judiciais; e na produção de peças e manifestações, entre outras atividades.

A atuação do grupo se destaca não apenas pelos números, mas também pelos resultados obtidos em plenário.



Foto: Leonardo Prado/Comunicação/MPF.

<https://portal.mpf.mp.br/novaintra/informa/2023/camaras-e-pfdc/2ccr/avancos-e-desafios-da-atuacao-do-mpf-em-tribunais-do-juri-sao-debatidos-durante-oficina-em-brasilia>

Em dezembro de 2023, a 2ª Câmara promoveu uma oficina dos integrantes do GATJ. Na ocasião, os membros puderam tratar de temas importantes para a atuação na temática como: seleção

dos jurados, por meio da análise de perfil e do comportamento e, ainda, a importância da perícia criminal nos crimes de homicídio.

2.3 Cibersegurança

Em 2023, a atuação da Câmara na temática dos crimes cibernéticos continuou sendo destaque.

Em fevereiro, ocorreu a participação de representantes do Grupo de Apoio ao Combate à Criminalidade Cibernética no evento destinado a celebrar o Dia da Internet Segura. O evento foi promovido pela Safernet e contou pela 15ª vez com a participação do MPF, que defendeu a importância de atuação não só para combater, mas para prevenir crimes cibernéticos.

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/dia-da-internet-segura-em-evento-da-safernet-mpf-defende-importancia-de-atuacao-nao-so-para-combater-mas-prevenir-crimes-ciberneticos>

2.4 Criptoativos

Nesse tema, a 2ª Câmara contou com a atuação do Grupo de Trabalho sobre Criptoativos, transformado em Grupo de Apoio pela Portaria nº 13/2023 (PGR-00481263/2023).

A Câmara publicou o roteiro de atuação intitulado *Criptoativos: Persecução Patrimonial*.

O material tem como foco a persecução patrimonial de moedas digitais, em especial o Bitcoin, tendo como contribuição, entre outras, a ampliação do debate público sobre o tema, auxiliando outras instituições e os profissionais do Direito em geral na compreensão do tema, já que reúne um conjunto de informações dificilmente encontradas em outro lugar do modo como foram agrupadas.

“Os criptoativos foram tratados sob o aspecto tecnológico e exclusivamente naquilo que interessa à atuação ministerial, distanciando-se, consequentemente, da vasta bibliografia que aborda o assunto sob o aspecto de investimento”, conforme destaca o coordenador. A publicação está disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2023/mpf-lanca-roteiro-de-atuacao-para-auxiliar-procuradores-em-investigacoes-envolvendo-criptoativos>.

O *Roteiro de Atuação Criptoativos: Persecução Patrimonial* está disponível para acesso público no site do MPF, na área de atuação temática da 2ª Câmara.

2.5 Gaecos MPF



Foto: Leobark/Comunicação/MPF.

Ao longo do ano, a 2ª Câmara empenhou-se, nos termos da Resolução CSMPF nº 146/2013, para consolidar e instrumentalizar os Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos) no âmbito do MPF.

A partir de discussões realizadas no encontro de coordenadores de Gaecos em 2022, foi produzida e lançada nesse ano a doutrina de inteligência do MPF, com o intuito de fornecer aos grupos metodologias e capacidades suficientes para padronizar, facilitar e otimizar, de maneira segura, o trabalho de investigação e produção de conhecimentos relativos ao combate ao crime organizado.

Além disso, o normativo de uso restrito dos grupos estabelece mecanismos e rotinas para a proteção do órgão, de membros, equipes e salvaguarda do material produzido.

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2023/mpf-institui-doutrina-de-inteligencia-para-orientar-e-padronizar-atuacao-dos-gaecos-federais>

Nesse mesmo ano, a 2ª Câmara se empenhou em possibilitar a participação dos representantes dos grupos de todas as unidades de reunião do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), que ocorreu em São Paulo e discutiu estratégias de integração para maior efetividade no enfrentamento do crime organizado.

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2023/mpf-participa-de-reuniao-do-grupo-nacional-de-combate-as-organizacoes-criminosas-1>

Vale lembrar que os Gaecos são grupos permanentes que auxiliam membros do MPF responsáveis por grandes casos e investigações complexas. São formados nas Procuradorias da República nos estados e têm competência para auxiliar na investigação e persecução de crimes praticados por organizações criminosas, bem como para receber, produzir, analisar e difundir informações de inteligência e contrainteligência relacionadas ao combate ao crime organizado e para atuar nos casos em que o PGR determinar a intervenção, em virtude de incidente de segurança envolvendo membros ou servidores.

2.6 Atuação conjunta com a Receita Federal do Brasil – Representações Fiscais para Fins Penais (RFFPs)

Com o objetivo de estreitar a atuação entre os dois órgãos em matérias de interesse mútuo, principalmente, no enfrentamento dos ilícitos penais fiscais, foi firmado em 2022 um acordo de cooperação interinstitucional entre Ministério Público Federal e Receita Federal do Brasil.

Como desdobramento desse acordo, em junho de 2022, a Câmara Criminal do MPF e a Receita Federal realizaram reunião para alinhar a atuação e definir ações concretas para o trabalho conjunto entre os dois órgãos.

Em 2023, houve a continuidade da articulação nesse sentido, o que culminou a edição pela Receita Federal da Portaria nº 393/2024 com alterações das regras acerca de representações para fins penais em casos de lavagem.

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2024/receita-acata-sugestoes-do-mpf-e-altera-regras-para-representacoes-para-fins-penais-em-casos-de-lavagem/view>

2.7 Enunciados e Orientações

Em 2023, a Câmara realizou a revisão de entendimentos, o que culminou na alteração e no cancelamento de enunciados.

Além disso, a partir da análise quanto à necessidade de aprimorar a atuação criminal, considerando a atuação na área criminal sob sua coordenação, respeitando a independência funcional, foram aprovadas duas novas orientações em 2023.

2.7.1 Enunciados

Alteração do Enunciado nº 89

Enunciado nº 89 (Veja aqui a redação antiga)

É de atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal dos crimes de injúria racial e de racismo, previstos no art. 2º-A e no art. 20, § 2º, ambos da Lei nº 7.716/1989, e na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, da qual o Brasil é signatário, se a infração penal, caracterizada pelo evidente excesso no exercício da liberdade de expressão por parte do investigado, for praticada em ambiente virtual de sítios de amplo e fácil acesso a qualquer pessoa que esteja conectada à internet, no Brasil ou no exterior.

Alterado na 216ª Sessão de Coordenação, de 17 de abril de 2023.

- Precedente STJ: CC 175.525/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Seção, julgado em 9/12/2020, DJe, 11/12/2020.

PRECEDENTES 2ª CCR:

- Processo: 1.00.000.024650/2019-11, 758ª Sessão de Revisão – 16.12.2019, unânime.
- Processo: DPF/DF-0525/2019-INQ, 747ª Sessão de Revisão – 12.8.2019, unânime.
- Processo: 1.34.001.007501/2020-25, 788ª Sessão de Revisão – 9.11.2020, unânime.

Cancelamento do Enunciado n° 85**Enunciado n° 85**

“Não é de atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal do crime de injúria racial (CP, art. 140, § 3º), ainda que praticado pela rede mundial de computadores, salvo se, no caso, incidir hipótese específica de competência federal ou tiver conexão com crime federal.”.

Aprovado na 176ª Sessão de Coordenação, de 10 de fevereiro de 2020.

Razões do cancelamento:

Verificou-se que a partir das alterações promovidas pela Lei nº 14.532/2023, o crime de injúria racial passou a ser tutelado pela lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei do Racismo). Desse modo, alçou-se à esfera normativa o entendimento já defendido pelos tribunais superiores de que a injúria racial é uma espécie do gênero racismo, merecendo tratamento idêntico no que se refere à imprescritibilidade da conduta, bem como incluindo-se entre os crimes que, por convenção ou tratado internacional, o Brasil assumiu o compromisso de reprimir criminalmente.

A respeito do crime de racismo, entende-se que a persecução penal é de atribuição do Ministério Público Federal, nos termos do Enunciado nº 89, a seguir:

Enunciado n° 89

“É de atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal do crime de racismo, previsto no art. 20, § 2º da Lei nº 7.716/89, e na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, da qual o Brasil é signatário, se a infração penal, caracterizada pelo evidente excesso no exercício da liberdade de expressão por parte do investigado, for praticada em ambiente virtual de sítios de amplo e fácil acesso a qualquer pessoa que esteja conectada à internet, no Brasil ou no exterior.”.

Aprovado na 176ª Sessão de Coordenação, de 10 de fevereiro de 2020.

Nesse contexto, restou evidenciado que o Enunciado nº 85 encontrava-se em desacordo com a nova legislação a respeito (Lei nº 14.532/2023) e que o Enunciado nº 89 se adequava perfeitamente à norma, propondo-se assim o cancelamento do Enunciado nº 85.

As íntegras de todos os enunciados da Câmara podem ser acessados em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/enunciados>.

2.7.2 Orientações

Orientação nº 49 – Orienta acerca dos efeitos penais do parcelamento a partir da edição da Lei nº 12.382/2011.

Orientação nº 48 – Orienta acerca da necessidade de fundamentar a decisão de negativa de acordo de não persecução penal com base em habitualidade ou reiteração delitiva.

As íntegras dessas e de todas as orientações da Câmara podem ser acessadas em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/orientacoes>

2.8 Comissões, grupos de apoio, grupos de trabalho

2.8.1 GT Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal

O Grupo de Trabalho Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal tem atuação sobre todas as temáticas criminais de atribuição da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, dedicando-se, principalmente, ao atendimento de demandas da 2ª CCR, de integrantes do GT ou oriundas de membros do MPF, bem como de outros órgãos e outras instituições do Sistema de Justiça Penal, que ordinariamente trazem problemas práticos ou disfunções no desempenho de atribuições na temática da 2ª CCR.

Justificativa

A justificativa para suas atividades decorre da necessidade de se estabelecer rotinas, sugestões e padrões de atuação que assegurem maior racionalidade às tarefas de investigação e persecução penal, interna e externamente.

Problemas

Os problemas enfrentados ordinariamente são as inovações legislativas, as mudanças de entendimentos da jurisprudência, as modificações de políticas públicas e a inovação de tipologias de práticas criminosas, sobretudo em criminalidade massificada, que exigem o estabelecimento de formas de trabalho que assegurem utilidade e eficiência na atividade de investigação e no processamento de casos penais, além de coerência na atuação nessas temáticas em âmbito nacional.

Metodologia

A metodologia de trabalho se baseia em coleta de dados com os integrantes do GT e, eventualmente, com os demais membros do MPF, bem como com representantes e órgãos de outras instituições do Sistema de Justiça, seguida de debates e construção de propostas de soluções para problemas e disfunções detectadas.

Participação interinstitucional

A participação interinstitucional e social se dá mediante reuniões com outros órgãos do Sistema de Justiça e de Controle, além de outros órgãos públicos (Polícia Federal, Receita Federal do Brasil, Controladoria-Geral da União, Ministérios etc.) tanto com finalidade de coleta de informações quanto para busca de soluções preventivas em face da criminalidade.

Resultados

Os resultados diretos do GT Utilidade se verificam na elaboração de propostas de enunciados e de orientações para a 2ª CCR, além de propostas de aprimoramento de rotinas e fluxos de atuação, sugerindo a adoção de padrões de oportunidade e seletividade penal, sempre voltados à utilidade e à eficiência da atuação criminal do MPF.

Além disso, o GT Utilidade vem trabalhando, indiretamente, no fomento e na criação de mecanismos interinstitucionais preventivos da criminalidade contra o patrimônio público com a adoção de estratégias integradas de aprimoramento da atuação e da gestão de políticas públicas, voltadas a evitar ilícitos.

Histórico e integrantes atuais

O GT Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal foi constituído em 27 de maio de 2014, no âmbito da 2ª Câmara, por meio da Portaria nº 137. O grupo já atuou de forma conjunta com a 5ª CCR, por meio da Portaria Conjunta nº 4, de 19 de agosto de 2016, complementada pela Portaria nº 6, de 20 de setembro de 2016, que nomeou novos membros. Após, a Portaria nº 4, de 26 de março de 2018, a Portaria nº 1, de 27 de março de 2019, e a Portaria nº 6, de 4 de maio de 2020, modificaram sua composição. Em 2021, o grupo atuou com base na designação feita por meio da Portaria nº 6, de 8 de junho de 2021, em 2022, com base na Portaria nº 4, de 24 de abril de 2022, e em 2023, com base na Portaria nº 7, de 28 de junho de 2023, todas da 2ª CCR.

Em 2024, a atual composição do GT foi alterada pela Portaria 2ª CCR nº 1, de 19 de janeiro de 2024, com designação dos membros Alexandre Ismail Miguel, Ângelo Augusto Costa, Ariane Guebel de Alencar, Douglas Fischer, Fernando Machiavelli Pacheco (coordenador), Guilherme Guedes Raposo, Henrique de Sá Valadão Lopes, João Raphael Lima, Lauro Coelho Júnior e Leandro Musa de Almeida.

Produtos desenvolvidos pelo GT Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal no ano de 2023

Entre os produtos desenvolvidos pelo GT Utilidade Eficiência e Efetividade da Persecução Penal no ano de 2023, que já foram objeto de entrega de resultados, afora outros ainda pendentes de finalização, podem-se enumerar os seguintes:

- 1) Adoção e expansão do uso do Sistema Prometheus como estratégia de atuação do Ministério Público Federal.
- 2) Atuação conjunta com o Gald em relação às propostas para aprimoramento das RFFPs.
- 3) Sugestão de criação de ferramenta facilitadora de pesquisa de jurisprudência das Câmaras de Coordenação e Revisão e do Conselho Institucional e de publicação periódica das respectivas decisões (Informativo do MPF).

- 4) Elaboração de manifestação acerca da Proposição CNMP nº 1.00714/2023-34, que dispõe sobre a “dispensa da exigência da confissão circunstanciada, a que alude o art. 28-A do Código de Processo Penal, como requisito indispensável à propositura do Acordo de Não Persecução Criminal”, contrária ao seu acolhimento.
- 5) Elaboração de proposta de Orientação Conjunta sobre o cumprimento dos Itens 4, 20 e 21 da proclamação de resultado da decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 6298, 6299, 6300 e 6305 (Juiz de Garantias e outras disposições da Lei nº 13.964/2019).
- 6) Elaboração de proposta revista e atualizada de Orientação Conjunta sobre o cumprimento dos Itens 4, 20 e 21 da proclamação de resultado da decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 6298, 6299, 6300 e 6305 (Juiz de Garantias e outras disposições da Lei nº 13.964/2019).
- 7) Elaboração de proposta de modificação do Enunciado nº 106 da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão para a elevação da quantidade de cigarros eletrônicos objeto de contrabando passíveis de arquivamento, estabelecendo-se o patamar de 100 unidades.
- 8) Elaboração de proposta de enunciado disciplinando a não instauração e o arquivamento de notícias de fato incompletas e imprecisas oriundas de órgãos públicos.
- 9) Sugestão de cancelamento do Enunciado 105 e de atualização do Enunciado 89 da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
- 10) Elaboração de proposta de Orientação sobre reiteração e habitualidade no crime de descaminho e em crimes contra a ordem tributária, objeto do Enunciado 49 da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
- 11) Participação no desenvolvimento e na realização de testes (Prova de Conceito) com uso de solução de IA generativa em matéria penal.
- 12) Indicação do GT Utilidade para o Projeto de Resolutividade do CNMP.

Outro foco da atuação do GT, em 2023, foi o tratamento de demandas da 2ª CCR, em temáticas que envolvem utilidade, eficiência e efetividade na persecução penal, mediante debates entre os membros do grupo e deliberação sobre sugestões de encaminhamentos, submetidas àquele colegiado.

Paralelamente a tais iniciativas, o GT, em 2023, desenvolveu e vem desenvolvendo diversos outros produtos, cuja finalização ocorrerá no ano de 2024, conforme o respectivo plano de trabalho anual.

2.8.2 Grupo de Trabalho sobre Fraudes Previdenciárias

Em 2023, o grupo atuou com base na designação feita por meio da Portaria 2ª Câmara nº 7, de 2 de setembro de 2022. Integraram o GT os seguintes membros: Andrea Walmsley Soares Carneiro; Bernardo Meyer Cabral Machado; Felipe Ramon da Silva Froes; Fernando Rocha de Andrade; Igor da Silva Spindola e Renata Muniz Evangelista Jurema.

O grupo foi criado com o objetivo de replicar o BI de Fraudes Previdenciárias da PR-RN (PA 1.28.000.000680/2017-81) para outras unidades.

Em 2023, o GT passou por uma fase de avaliação sobre a reestruturação do plano de trabalho e a apresentação de proposta de atuação com vistas à continuidade da atuação no tema no próximo ano.

2.8.3 Grupo de Apoio ao Combate à Escravidão Contemporânea e ao Tráfico de Pessoas (Gacec-Trap)

Esse grupo foi criado inicialmente por meio da Portaria 2ª Câmara nº 56, de 6 de novembro de 2012, sob o formato de grupo de trabalho. Após, por meio da Portaria 2ª Câmara nº 214, de 18 de agosto de 2016, o Grupo incorporou, a atuação na temática Tráfico de Pessoas, conferindo-lhe também a coordenação dos trabalhos do Grupo de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho, passando a atuar como Grupo de Apoio ao Combate à Escravidão Contemporânea e ao Tráfico de Pessoas.

Em 2023, o grupo atuou a partir da Portaria 2ª CCR nº 9, de 5 de setembro de 2023, e da Portaria PGR/MPF nº 978, de 22 de novembro de 2023, tendo em vista deliberação do Conselho Superior do Ministério Público Federal.



Foto: Leonardo Prado/Sinacom.

Em 2023, atuaram no grupo os procuradores regionais da República João Francisco Bezerra de Carvalho, Marcus Vinicius Aguiar Macedo, Rogerio Jose Bento Soares do Nascimento, Rosane Cima Campiotto e Stella Fátima Scampini, os procuradores da República Alexandre Assunção e Silva, Ana Carolina Alves Araújo Roman, Antonio Augusto Teixeira Diniz, Edmilson da Costa Barreiros Junior, Emerson Kalif Siqueira, Gustavo Nogami, Juliana de Azevedo Santa Rosa Camara (coordenadora adjunta), Leonardo Gonçalves Juzinskas, Luiz Gustavo Mantovani, Kelston Pinheiro Lages, Marcio Andrade Torres, Marco Túlio de Oliveira e Silva, Marcus Vinicius Aguiar Macedo, Paulo Henrique Ferreira Brito, Paulo Roberto Sampaio Anchieta Santiago, Pedro Henrique Oliveira Kenne da Silva, Renan Paes Felix (coordenador), Samir Cabus Nacheff Junior e Thales Cavalcanti Coelho.

Durante o ano de 2023, o Gacec realizou as seguintes atividades:

- Acompanhamento do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, enviando procuradores da República a campo em 34 operações de campo, para de averiguar denúncias de redução da

condição análoga à de escravo, em praticamente todos os estados do país. A participação dos membros do MPF tem por objetivo otimizar e qualificar a coleta de prova, por meio da realização de diligências de campo, tais como oitiva de trabalhadores, gravação de vídeos e registro de fotografias das frentes de trabalho, das condições dos alojamentos e da alimentação dos trabalhadores. Ao final de cada operação, o membro do MPF oficiante elabora relatório e encaminha para o procurador natural, a fim de que este adote as providências cabíveis.

- Participação do MPF na "Operação Resgate III", com a participação do Dr. Carlos Frederico na coletiva de imprensa final do evento.

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/setembro/operacao-resgate-iii-retira-mais-de-500-trabalhadores-de-condicao-analoga-a-escravidao>

- Acompanhamento das reuniões ordinárias da Conatrae, por meio do membro do MPF designado pelo CSMPF. A Conatrae é a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. É um colegiado que tem por atribuição promover a política nacional de combate ao trabalho escravo no país.

- Participação de membro do MPF nas reuniões ocorridas no Ministério da Justiça para elaboração do fluxo nacional de atendimento às vítimas de tráfico internacional de pessoas. No fluxo, foi inserida a rotina de comunicação ao MPF no primeiro momento em que a vítima procura a unidade consular brasileira no exterior, a fim de que o procurador natural possa adotar as providências cabíveis para assegurar a responsabilização criminal efetiva dos perpetradores de tais graves crimes.

<https://portal.mpf.mp.br/novaintra/informa/2023/camaras-e-pfdc/2ccr/grupo-de-apoio-ao-combate-a-escravidao-e-ao-trafico-de-pessoas-define-de-estrategias-de-atuacao-para-2024>

2.8.4 Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro, Crimes Fiscais e Investigação Financeira e Crimes do Sistema Financeiro (Gald/CFIF/CSF)

O grupo atua em temas relacionados a lavagem de dinheiro, crimes tributários e fiscais e, desde 2018, foi acrescida a temática relativa aos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.

Nesse último ano, a atuação ocorreu conforme designação da Portaria 2ª Câmara nº 8, de 10 de agosto de 2023. Atuaram sob essa designação o procurador regional da República José Robalinho Cavalcanti e os procuradores da República Alfredo Carlos Gonzaga Falcão Júnior, Andrea Walmsley Soares Carneiro, Hayssa Kyrie Medeiros Jardim, Henrique de Sá Valadão Lopes (coordenador), Jerusa Burmann Viecili, Júlio César de Castilhos Oliveira Costa, Pedro Melo Pouchain Ribeiro, Thiago Pinheiro Correa e Tiago Misael de Jesus Martins.

Entre as atividades do grupo em 2023 estão:

14 de fevereiro de 2023

Ação 4.2 da Ata MPF-RFB de 14/06/2022

Efeitos Penais do Parcelamento Tributário e do Pagamento em Cota Única

- Como conclusão dos trabalhos e das reuniões realizados no bojo da Ação 4.2 da Ata MPF-RFB de 14 de junho de 2022, foi encaminhada sugestão de cancelamento/alteração dos Enunciados 19 e 52 da 2ª CCR (PR-AM-00008510/2023).
- Responsáveis: Andrea Walmsley, Henrique Lopes.

15 de março de 2023

Entrevista – Jornal Nacional – Rede Globo

- Duração: 16h (Brasília) – 17h20 (Brasília).
- Presentes: Henrique de Sá Valadão Lopes.
- Esclarecimentos prestados sobre pirâmides financeiras e atualização legislativa recém-editada.
- <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/03/16/numero-de-acoes-no-mpf-contra-golpes-financeiros-cresce-mais-de-40percent-em-2022.ghml>

16 de março de 2023

Gafi – Revisão por Pares

- Presentes: Henrique de Sá Valadão Lopes.

- Esclarecimentos sobre o estado atual da persecução penal do crime de lavagem de dinheiro no Brasil.

14 de abril de 2023

Reunião RFB-Copei

- Duração: 10h (Brasília) – 11h30 (Brasília).
- A Copei fez apresentação sobre a metodologia utilizada para tratar os relatórios do Coaf antes de eles serem encaminhados para os demais auditores e sobre como a informação fica armazenada e disponibilizada na instituição.
- Estavam presentes Henrique de Sá Valadão Lopes (Gald) e Daniel de Azevedo Lobo (Sppea) pelo MPF.

23 a 27 de maio de 2023

Seminário de Lavagem. Humboldt Universität zu Berlin

- Duração: 23 a 27 de maio de 2023 (dia inteiro).
- Presente: Henrique de Sá Valadão Lopes.
- Apresentação da hipótese de que, já que não há previsão legal para perdimento não criminal, o ataque patrimonial aos benefícios pecuniários do crime há de ser feito pela melhor gestão de casos criminais, o que ocorreria pelo uso da discricionariedade regrada e do princípio da oportunidade para alocar os recursos de investigação e persecução penal para os crimes mais graves de lavagem.

19 de junho de 2023

Reunião Gald

- Duração: 15h (Brasília) – 16h30 (Brasília).
- Presentes Henrique de Sá Valadão Lopes, Pedro Pochain, Tiago Jesus Misael e Andrea Walmsley.

- Debateu-se (1) o projeto de trabalho a ser levado a cabo pelo Gald; (2) a necessidade de fixação de um(a) procurador(a) responsável pelas ações a serem efetivadas; (3) e a metodologia de trabalho do Gald.
- Encaminhamentos: (1) criação de perfil no Único para o Gald; (2) realização de uma reunião mensal às segundas-feiras, sendo a próxima dia 24 de julho de 2023, às 15 horas; (3) designação de um procurador por “ação” a ser realizada no projeto de trabalho; (4) que as decisões serão tomadas pelo Gald a partir de proposta trazida pelo procurador responsável; (5) as decisões serão tomadas a partir de manifestações a serem realizadas pelos demais membros dentro um prazo específico (2 ou 3 semanas), restando o tema decidido em caso de ausência de manifestação no prazo estabelecido; (6) será criada uma tabela no Google Drive para visualização dos responsáveis e facilitação da realização dos relatórios trimestrais que precisam ser enviados à Corregedoria/2ªCCR.

28 de julho de 2023

Reunião Gald

- Duração: 10h30 (Brasília) – 12h (Brasília).
- Presentes: Henrique de Sá Valadão Lopes, Pedro Pochain, Tiago Jesus Misael, Hayssa Kyrie e Júlio Castilhos.
- Debateu-se (1) inclusão no Plano de Trabalho do Gald de uma ação em que o MPF delineie com o Coaf, talvez por meio da Enccla, o que seriam os deveres antilavagem do setor de jogos e apostas; (2) junção da forma de tratamento de RIF realizada pela Asspad/BA com a Orientação nº 15 da 2ªCCR; (3) ajuste no plano de trabalho para que a ação sobre cooperação jurídica internacional que trata do caso Encrochat e, talvez, do caso SKYCC; (4) contato com a PGFN, principalmente, e com a PF para receber aval sobre as iniciativas de criação do Cira e outras correlatas com a melhoria da persecução penal dos crimes fiscais.

1º de setembro de 2023

Ascom-MPF

- Envio de *press release* para a Ascom do MPF.

- Objeto: Pedido de informações/esclarecimentos/opinião do MPF sobre a nova regulamentação do Bacen acerca do acesso aos dados cadastrais do Pix (Resolução BCB nº 338, de 23 de agosto de 2023).

- Responsável: Hayssa Kyrie (principal), Henrique Lopes e Tiago Misael (auxílio).

1º de setembro de 2023

Ação 4.2 da Ata MPF-RFB de 14/06/2022

1.00.000.006478/2023-92

- Após análise da sugestão de cancelamento/alteração dos Enunciados 19 e 52 da 2ª CCR, a 2ªCCR optou por aguardar o julgamento pelo STF da ADI 4273. Em 15 de agosto de 2023, houve a decisão do STF, julgando improcedente a ADI 4273.

- Foi enviada então nova solicitação de cancelamento/alteração dos Enunciados 19 e 52 da 2ª CCR, acrescida de novos argumentos, uma vez que a decisão do STF vai ao encontro das sugestões apresentadas (PR-AM-00030759/2023).

- Responsável: Henrique Lopes.

1º de setembro de 2023

Ação 4.12 da Ata MPF-RFB de 14 de junho de 2022

Cira Federal

- Encaminhamento de minuta para a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão de Acordo de Cooperação Técnica a ser assinado entre MPF e RFB para a criação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos em âmbito federal (Cira Federal).

- PR-AM-00055750/2023.

- Responsável: Tiago Misael.

1º de outubro de 2023

Aula 30º Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV)

- Aula do Curso de Ingresso e Vitaliciamento dos aprovados no 30º Concurso de Procuradores da República.

- Responsável: Andrea Walmsley.

3 de novembro de 2023

Sugestão de Orientação. Análise de RIFs.

- Encaminhamento de minuta para a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão de Orientação a ser adotada para padronizar as providências de análise de Relatório de Informações Financeiras (RIFs), recebidos do Coaf.

- PR-PE-00069286/2023.

- Responsável: Tiago Misael.

22 de novembro de 2023

Ação 4.2 da Ata MPF-RFB de 14/06/2022

1.00.000.006478/2023-92

- Após análise da sugestão de cancelamento/alteração dos Enunciados 19 e 52 da 2ª CCR, a 2ª CCR aprovou a sugestão feita, criando assim a Orientação nº 49, cujo teor diz:

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão [...] ORIENTA os membros com atuação na área criminal sob sua coordenação, [...] a observar que o parcelamento, cuja data da constituição definitiva do crédito tenha se operado posteriormente à edição da Lei nº 12.382/2011, para suspender a pretensão punitiva e impedir o ajuizamento de ação penal por crimes tributários ou por crime de apropriação/sonegação previdenciária, precisa ter sido formalizado antes do recebimento da denúncia criminal, atentando-se, nos casos de pagamento à vista ou em cota única, para a redação do § 6º do art. 83 da Lei nº 9.430/1996 c/c art. 34 da Lei nº 9.249/1995.

Síntese dos Produtos Entregues em 2023

- Orientação nº 49 da 2ª CCR

- Minuta de assinatura de ACT com a RFB, PGFN e PF para criação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira).
- Minuta de Orientação para padronização de análise de RIFs.
- Trecho do Relatório do Gafi que repetiu na íntegra a percepção do Gald sobre o crime de lavagem em âmbito federal:

O Brasil tomou muitas medidas para lidar com outras áreas de maior risco, no entanto, essas ações sem estratégias abrangentes e de longo prazo resultam em esforços ocasionalmente desarticulados e em desalinhamento de objetivos e prioridades, como a LD em crimes ambientais, em que a cooperação entre agências está crescendo, mas é limitada, e em que algumas autoridades importantes não têm recursos suficientes. Às vezes, questões estruturais inibem a coordenação eficaz no combate à LD/FT, incluindo a cooperação entre a polícia e o Ministério Público e os recursos para lidar com o complexo Sistema de Justiça Criminal. Além disso, a autoridade fiscal (RFB) tem papel central no sistema de PLD/CFT, uma vez que controla o acesso a muitas informações relevantes, mas obstáculos legais frustram sua capacidade total de auxiliar outras autoridades no combate à LD e ao FT e suas atividades de PLD/CFT não são adequadamente priorizadas.

2.8.5 Grupo de Apoio ao Tribunal do Júri (GATJ)

A criação do Grupo de Apoio ao Tribunal do Júri foi aprovada na 104ª Sessão de Coordenação da 2ª CCR, em 26 de outubro de 2015, e implementada por meio da Portaria PGR/MPF nº 180, de 16 de março de 2016.

O grupo tem por finalidade auxiliar, mediante indicação da 2ª Câmara, considerando a portaria de designação do procurador-geral da República, na atuação perante o Tribunal do Júri, em conjunto, e a pedido do procurador natural do feito, nos casos de alta complexidade e atuação especializada.

Em 2023, o grupo atuou por meio da Portaria PGR/MPF nº 546, de 11 de julho de 2022, que prorrogou as atividades do grupo e designou os integrantes. Compuseram o grupo os seguintes membros: Aldirla Pereira de Albuquerque; Alexandre Schneider; Alfredo Carlos

Gonzaga Falcão Júnior; Bruno Costa Magalhães; Bruno Silva Domingos; Edmilson da Costa Barreiros Júnior; Fabrício Carrer; Fernando José Aguiar de Oliveira; Gustavo Torres Soares; Henrique Hahn Martins de Menezes; Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara; Rafael Paula Parreira Costa; Ricardo Pael Ardenghi; Samir Cabus Nacheff Júnior (coordenador) e Roberto Moreira de Almeida.

Nesse ano, a Câmara apoiou a atuação do grupo em 43 novos casos e em 21 processos de competência do Tribunal do Júri de forma presencial e remota, possibilitando a participação em audiências, interrogatórios e julgamentos, para apoio aos procuradores naturais na definição de estratégias, na formulação de pedidos judiciais e na produção de peças e manifestações, entre outras atividades.

A atuação do GATJ se destaca não só pelo número de apoios, mas também pelos resultados obtidos.

Entre os casos importantes, vale mencionar:

- Julgamento do último acusado pela morte da agente penitenciária federal de Catanduvas (PR), condenado a 31 anos de prisão.

https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=27403

- Julgamento de homem denunciado pelo MPF por tentar assassinar servidor do Incra e dois assentados em Itaberaí (GO).

<https://racismoambiental.net.br/2023/09/27/tribunal-do-juri-condena-homem-denunciado-pelo-mpf-por-tentar-assassinar-servidor-do-incra-e-dois-assentados-em-itabera-i-go/>

- Julgamento realizado em Presidente Prudente (SP) de acusado de matar indígena, sentenciado a 16 anos de prisão por homicídio ocorrido em MS.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/em-decisao-inedita-juri-federal-condena-acusado-de-matar-indigena>

- Julgamento de dois homens por tentativa de homicídio contra policiais rodoviários federais no ES.

<https://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/noticias-es/tribunal-do-juri-condena-dois-homens-por-tentativa-de-homicidio-contra-policiais-rodoviaros-federais-no-es>

2.8.6 Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética (Gacc)

Em 2023, o grupo atuou com base na designação feita por meio da Portaria 2ª Câmara nº 6, de 13 de junho de 2023, que prorrogou as atividades do grupo por dois anos, a contar de 7 de março de 2023.

Integraram o GA as procuradoras regionais da República Anamara Osório Silva, Fernanda Teixeira Souza Domingos (coordenadora) e Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira (coordenadora adjunta), o procurador regional da República Vladimir Barros Aras e os(as) procuradores(as) da República Adriano Barros Fernandes, Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira, George Neves Lodder, Jaqueline Ana Buffon, Maurício Fabretti, Priscila Costa Schreiner Röder, Tiago Misael de Jesus Martins e Thiago Augusto Bueno.

As principais atividades desenvolvidas pelo Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética (Gacc) em 2023 foram:

JANEIRO

9 a 20 de janeiro – Reunião do Comitê *Ad Hoc* da ONU para elaboração de uma convenção para o combate do uso das TICs para fins criminais – Anamara e Fernanda.

30 e 31 de janeiro – Conferência Internacional sobre Xenofobia e Racismo – 20 anos do Primeiro Protocolo Adicional da Convenção de Budapeste, em Estrasburgo-França, na sede do Conselho da Europa (CoE).

- Palestrante: Fernanda Domingos, na Conferência, no dia 31 de janeiro.
- Participantes: Anamara Osório e Melissa Blagitz.

FEVEREIRO

7 de fevereiro – Iluminação do monumento do Cristo Redentor, nas cores laranja e azul, pelo Dia da Internet Segura – 2023. Saferinternetday.

- <http://www.mpf.mp.br/regiao2/sala-de-imprensa/noticias-r2/7-2-mpf-santuario-cristo-redentor-e-safernet-celebram-dia-da-internet-segura/view>.

- Tema: a ação é uma parceria do Santuário Arquidiocesano Cristo Redentor, o MPF e a ONG SaferNet Brasil, pela comemoração da 20ª Edição Global do Dia da Internet Segura e a 15ª realizada no Brasil, e que já ocorre há 5 anos, no monumento.

- Participante: Neide Cardoso de Oliveira.

7 de fevereiro – Presença na Mesa de abertura do evento do “Dia da Internet Segura” (Saferinternet Day), na sede do Comitê Gestor da Internet, em São Paulo.

- Participante: Priscila Schreiner.

23 de fevereiro – Elaboração de Memoriais para subsidiar manifestação do MPF no Agravo Regimental em *Habeas Corpus* nº 222.141/PR sobre pedidos de preservação de dados com fundamento no Marco Civil da Internet e na Convenção de Budapeste sobre o Cibercrime.

- Participantes: Fernanda Domingos e Melissa Blagitz (colaboradora).

27 de fevereiro 2023 a 3 de março de 2023 – Encontro da Rede Ibero-Americana de Procuradores Especializados em Cibercrime (CiberRed) – Cartagena das Índias, Colômbia.

- Participante: Neide Cardoso de Oliveira, representando o Brasil, que realizou a apresentação sobre Atuação do Gacc e o Portal E-evidence (portal de provas eletrônicas lançado pelo Gacc, em 2021).

MARÇO

1º de março – Reunião com representantes da Google. Em parceria com a Turma da Mônica, lançou gibi, edição especial dedicada à proteção de dados pessoais na internet, promoção da cidadania na internet e riscos na navegação, com linguagem adequada a crianças e adolescentes.

- Participantes: Fernanda Domingos, Priscila Schreiner e Anamara Osório.

17 de março – Reunião com a ONG Exodus Road e com a equipe da SCI para ver interações entre os temas: Tráfico de pessoas e o Uso das redes para fins de aliciamento das vítimas.

- Participantes: Anamara Osório, Fernanda Domingos, Cíntia (SCI) e Exodus Road.

22 de março – Reunião com representantes do Telegram e membros do Gacc.

- Tema: Aperfeiçoamento das relações com provedor de serviços de internet.
- Participantes: Fernanda Domingos, Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira, George Lodder, Melissa Blagitz, Neide Cardoso de Oliveira e Anamara Osório.

23 de março – Lançamento pelo CNMP do livro eletrônico *MP e Novas Tecnologias*.

- Artigo do Thiago Bueno sobre vigilância em espaços públicos: *Reconhecimento facial para utilização em propaganda: uma análise do caso do metrô de São Paulo à luz dos conceitos de machinic enslavement e social subjection de Deleuze e Guattari*.

24 de março – EJC� Master Class “ Gathering of Digital Evidence in Cooperation with the Private Sector – Microsoft”. Evento on-line.

- Participante: Fernanda Domingos.

27 de março – Entrega do questionário TCY sobre a implementação do Artigo 19 da Convenção de Budapeste pelo quadro jurídico brasileiro.

- Participantes: todos os integrantes do Gacc.

27 de março – Reunião dos integrantes do Grupo pela plataforma Zoom (12 itens de pauta).

ABRIL

3 de abril – Aportes aos comentários da Rede de Cooperação da AIAMP (Redcoop) ao *draft* da Convenção da ONU para combater o uso de TICs para fins criminais – Anamara Osório e Fernanda Domingos.

6 de abril – Autorização da 2ª CCR para acrescentar o Ministério da Justiça, por adendo, ao Termo de Cooperação do MPF com a ONG Safernet Brasil para acesso ao banco de denúncias da referida ONG.

10 a 21 de abril – Participação da chefe do núcleo técnico NTCCC, a servidora Adriana Shimabukuro, indicada pela coordenação do Gacc, Fernanda Domingos, em curso de capacitação para *First Responders* em prova eletrônica promovido pelo Conselho da Europa (CoE), por meio do Projeto GLACY+, no Paraguai.

10 a 21 de abril – 5ª Sessão Formal do Comitê *Ad Hoc* da ONU para elaboração de uma Convenção para o combate do uso das TICs para fins criminais – Anamara Osório e Fernanda Domingos.

10 de abril – Reunião no Ministério da Justiça sobre ataques, em escolas, incentivados, por meio das redes sociais.

- Participante: Vladimir Aras.

24 de abril – Reunião dos membros do Gacc e o Secretário da Sppea (PR Daniel Lobo).

- Tema: Andamento do processo de criação da Divisão de Investigação e Evidências
- Digitais na Sppea e necessidade de celeridade nas demandas referentes à preservação de prova.
- Participantes: Fernanda Domingos e Gabriela Rodrigues Figueiredo.

27 e 28 de abril – Seminário Internacional sobre o Combate contra o Crime Organizado.

- Painel: Novas Tecnologias e Redes Telefônicas Criptografadas: Desafios e Oportunidades.
- Mesa: A Dimensão Internacional das Investigações, coordenação pela Eurojust.
- Participante e Palestrante: Adriano Barros Fernandes.

28 de abril – Reunião da Cije sobre o PL nº 2630/2021 (Combate às *Fake News*) com sugestões para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, organizado pelo promotor de Justiça da Infância da Bahia e membro auxiliar no CNMP, Moacyr Nascimento, na Comissão da Infância, em Brasília-DF.

- Participante: George Lodder.

MAIO

3 e 4 de maio – Participação na Oficina de Planejamento da Câmara de Segurança e Direitos na Internet (parte do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI).

- Participante: George Lodder.

5 de maio – Reunião de membros do Gacc, da Sppea (Daniel Lobo) e da chefe do NTCCC-PRSP (Adriana Shimabukuro).

- Tema: Aperfeiçoamento do sistema de extração de provas digitais.
- Participantes: Daniel Lobo (pela Sppea), Fernanda Teixeira Souza Domingos, Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira e Priscila Costa Schreiner.

10 de maio – Reunião Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS-Rio) e MPF, pelos membros do Gacc e da Sppea (Daniel Lobo) para discussão de um projeto de capacitação de procuradores e outros agentes de *Law Enforcement* em combate aos crimes de ódio e relacionados, praticados na rede mundial.

- Participantes: George Lodder, Melissa Garcia Blagitz (colaboradora).

12 de maio – Reunião de membros do Gacc; da chefe do NTCC/PR-SP (Adriana Shimabukuro); do Gaeco/RJ (Fernando Lavieri) e do representante da Google (Antônio Trigueiro).

- Tema: Melhora no relacionamento com provedor.

- Participantes: Fernanda Domingos e Gabriela Figueiredo.

19 de maio – Contribuições do Gacc ao *draft* do Comitê *Ad Hoc* da ONU sobre o uso das TICs para fins criminais.

- Participantes: Anamara Osório, Fernanda Domingos e Melissa Blagitz.

23 a 25 maio – Reunião da Rede Ibero-Americana de Procuradores Especializados em Ciber-crime (CiberRed) e do Fórum de Procuradores Especializados em Cibercriminalidade de língua portuguesa (CPLP) – Brasília-DF. Conferência Internacional sobre provas eletrônicas e crimes cibernéticos no âmbito do encontro das redes de pontos de contato de Ministérios Públicos.

- Participantes: Neide Cardoso de Oliveira, na Reunião do Fórum sobre Cibercriminalidade com os procuradores de língua portuguesa, com a apresentação sobre Alterações legislativas brasileiras; Fernanda Domingos, na Reunião da CiberRed e dos Procuradores da CPLP, com a apresentação sobre a Atuação especializada do Gacc; Thiago Bueno, com apresentação do *Manual de Cripto Ativos*, nas duas reuniões das redes (CPLP e CiberRed) e Anamara Osório apresentação do evento e na interação entre as redes cibernéticas, presentes nas reuniões, com os temas de criptoativos e tráfico de pessoas, este último, por meio da inserção da exposição do coordenador argentino da Redtram.

- Conferência Internacional sobre provas eletrônicas e crimes cibernéticos no âmbito do encontro das redes de pontos de contato de Ministérios Públicos. Apresentação de Fernanda Domingos sobre as alterações legislativas e o impacto da adesão do Brasil à Convenção de Budapeste para a investigação criminal e persecução penal.

29 de maio – Reunião do Gacc para coordenação e atualização do Plano de Trabalho do Grupo.

31 de maio – Elaboração de breve nota ao MRE com as atribuições do Gacc para subsidiar manifestação na plenária da TCY, em 27 de junho de 2023.

- Participantes: Fernanda Domingos e Melissa Blagitz (colaboradora).

JUNHO

Durante o mês de junho – Elaboração e revisão de Nota Técnica sobre o Programa de Interceptação e Descryptografia (Spyware e CSSs) “Pegasus”, da empresa israelense NSO, a pedido do Gaeco da Procuradoria da República no Rio de Janeiro para subsidiar a atuação finalística.

- Participantes: Fernanda Domingos, George Lodder, Melissa Blagitz e Tiago Misael Martins (elaboradores), Neide Cardoso de Oliveira e Vladimir Aras (revisores).

2 de junho – Palestra do Dr. Tiago Misael Martins no Fórum da Internet no Brasil, painel Vai Tomar Ban? Caminhos para proteção de crianças e adolescentes em jogos digitais e ambientes virtuais imersivos. Tema da Palestra: Cibercrime em Ambientes de Jogos Digitais.

14 a 16 de junho – Reunião do Grupo de Trabalho de Criptomoedas do U.S. Department of Justice em Santiago, Chile.

- Participação e apresentação: Tiago Misael Martins.

14 a 16 de junho – 44ª Reunião do Comitê TPD da Convenção 108+ do Conselho da Europa sobre Tratamento e Proteção de Dados Pessoais realizada em Estrasburgo, França.

- Participantes: Fernanda Domingos e a representante da ANPD, Natália de Oliveira.

16 de junho – Reunião do Gacc com a Secretaria de Comunicação da PGR.

- Tema: Modernização do *layout* do Portal E-evidence.

- Participantes: Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira e Melissa Blagitz (colaboradora) pelo Gacc e Fernando Meira Vianna Filho pela Secretaria de Comunicação da PGR.

16 de junho – Inscrição do Portal E-evidence como boa prática ativa do MPF para subsidiar a Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade no MPF pela Corregedoria Nacional do Ministério Público.

- Participantes: Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira e Fernanda Domingos.

19 de junho – Reunião Gacc, Sppea e Cyber Gaeco do MP/SP.

- Tema: Apresentação da estrutura do Cyber Gaeco do MP/SP.
- Participantes: Daniel Lobo (pelo Sppea), Fernanda Domingos e Gabriela Rodrigues.
- Figueiredo Pereira (pelo Gacc), Richard Encinas (pelo Cyber Gaeco do MP/SP).

21 de junho – 2º *Workshop* organizado pelo Programa de Cibercriminalidade do Conselho da Europa (CoE) da terceira série de *workshops* de profissionais para profissionais.

- Seminário on-line.
- Participantes: Adriano Barros, Thiago Misael, Thiago Bueno, Neide Oliveira, Gabriela Figueiredo.

26 de junho – Reunião presencial do Comitê Gestor do Projeto GLACY+ de capacitação do CoE em Estrasburgo/ França.

- Participantes: Fernanda Domingos (MPF), Vitor Salgado (MRE), Rudyero Trento Alves (MJ) e Edgard Almeida Resende (PF) de forma presencial.

27 e 28 de junho – 28ª Reunião do Comitê TCY da Convenção de Budapeste sobre Cibercriminalidade, em Estrasburgo/França.

- Participantes: Fernanda Domingos (MPF), Vitor Salgado (MRE), Rudyero Trento Alves (MJ) e Edgard Almeida Resende (PF) de forma presencial e Anamara Osório on-line.

28 de junho – Apresentação do Ministério da Justiça da Holanda sobre o Programa de Prevenção Cyber Offender Prevention Squad (Cops) lá desenvolvido. On-line.

- Participantes: Adriano Barros, Priscila Schreiner, George Lodder.

JULHO

6 de julho – Reunião do Gacc com os advogados representantes da plataforma Discord.

- Tema: Melhora no relacionamento com o provedor de serviços de internet.
- Participantes: Fernanda Domingos, George Lodder, Tiago Misael, Priscila Schreiner, Vladimir Aras, Anamara Osório e advogado da Discord.

7 de julho – Reunião do Gacc com o MEC.

- Tema: Atuação preventiva e repressiva referente aos ataques em escolas.
- Participantes: Fernanda Domingos, George Lodder, Priscila Schreiner, Melissa Blagitz (colaboradora) pelo Gacc e Victor Grampa pelo MEC.

10 de julho – Reunião do Gacc com a Globo.com.

- Tema: Melhora no relacionamento com o provedor e obtenção de informações para atualização do Portal E-evidence.
- Participantes: Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira e Melissa Blagitz (colaboradora) pelo Gacc e Dr Filipe G. Rodrigues e Dra. Raquel Dias pela Globo.com.

11 de julho – Reunião do Gacc com Safernet.

- Tema: Atuação preventiva e repressiva referente aos ataques em escolas.

- Participantes: Priscila Schreiner pelo Gacc e Tiago Tavares e Juliana Cunha pela Safernet.

12 de julho – Reunião das ONGs que participam das discussões da Convenção do Cibercrime no âmbito da ONU.

- Participantes: Fernanda Teixeira (Gacc) e Eric Sogocio (MRE).

13 de julho – Reunião dos integrantes do grupo Gacc.

- Tema: Análise de Plano de trabalho do Gacc.

20 de julho – Participação de membros do Gacc na reunião de alinhamento da Delegação Brasileira atuando na elaboração de uma convenção internacional para conter o uso das TICs para fins criminais no âmbito das Nações Unidas sobre crimes cibernéticos e provas eletrônicas.

- Participantes: Fernanda Teixeira e Anamara Osório.

25 de julho – Participação de membros do Gacc na reunião bilateral Brasil-Reino Unido para alinhamento de posições e discussão de definição de crimes cibernéticos preparatória à 6ª sessão de discussão da ONU a ser realizada de 21 de agosto a 1º de setembro.

- Participantes: Fernanda Teixeira e Anamara Osório (Gacc), Carolina Yumi (MJ), Eric Sogocio e Gustavo Carneiro (MRE).

AGOSTO

9 de agosto – Participação de membros do Gacc na reunião bilateral Brasil-Índia, para discussão de definição de crimes cibernéticos e outros princípios, preparatória à 6ª sessão de discussão da ONU a ser realizada de 21 de agosto a 1º de setembro.

- Participantes: Fernanda Teixeira e Anamara Osório (Gacc), Otávio Russo (PF) e Eric Sogocio e Gustavo Carneiro (MRE).

10 de agosto – Participação de membros do Gacc na reunião bilateral Brasil-União Europeia, para discussão de definição de crimes cibernéticos, medidas processuais investigativas invasi-

vas, proteção de dados e outras salvaguardas, preparatória à 6ª sessão de discussão da ONU a ser realizada de 21 de agosto a 1º de setembro.

- Participantes: Fernanda Teixeira e Anamara Osório (Gacc), Otávio Russo (PF), Patricia Soares (MJ) e Eric Sogocio e Gustavo Carneiro (MRE).

16 de agosto – *Workshop* on-line organizado pela ONG Global Forum on Cyber Expertise (GFCE) sobre capacitação no contexto das negociações do Comitê *Ad Hoc* para elaboração de uma convenção internacional visando conter o uso das TICs para fins criminais no âmbito da ONU.

- Participação como palestrante: Fernanda Teixeira, sobre as ações de capacitação em crimes cibernéticos e provas eletrônicas realizadas pelo Gacc e deste em parceria com outras organizações.

22 de agosto – 2ª Reunião dos Coordenadores de Gaecos do MPF.

- Apresentação – Ciber Gaeco – Richard Encinas, Promotor de Justiça – Gaeco MP/SP.
- Apresentação – Cibercriminalidade e Investigação Policial – Alessandro Barreto – Delegado de Polícia Civil.
- Participantes do Gacc: Jaqueline Ana Buffon, Priscila Costa Schereiner, Vladimir Aras, George Neves Lodder, Maurício Fabretti, Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira, Thiago Misaël, Neide Cardoso de Oliveira.

21 de agosto a 1º de setembro – 6ª Sessão do Comitê *Ad Hoc* para elaboração de uma convenção internacional visando conter o uso das TICs para fins criminais na sede das Nações Unidas em Nova Iorque/Estados Unidos. Participação do Gacc representando o MPF na delegação brasileira como experts em cibercrime.

- Participantes: Fernanda Teixeira e Anamara Osório (Gacc), Eric Sogocio e Gustavo Carneiro (MRE), Carolina Yumi e Patricia Soares (MJ).

23 de agosto – Apresentação do Portal E-evidence na Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade nas Unidades do Ministério Público Federal da Corregedoria Nacional do MP/ CNMP.

- Participantes: Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira (pelo Gacc), promotor do MP-RN Marcelo Santos (pelo CNMP).

23 de agosto – Gravação pela ESMPU, de uma aula de 2 horas-aula (dividida em 3 blocos de 40 minutos) sobre Atuação do MPF no Combate aos Crimes Cibernéticos e Provas Digitais, para inclusão no 2º módulo do Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV) – 2023. Palestrante: Neide Oliveira.

29 de agosto – Reunião de membros do Gacc com a ONG Safernet Brasil para tratar dos projetos sobre Prevenção aos crimes cibernéticos com violações de direitos humanos nas redes.

- Participantes: Priscila Schreiner, Neide de Oliveira, Vladimir Aras, George Lodder e Jaqueline Buffon (Gacc) e Thiago Tavares e Juliana Cunha (Safernet).

31 de agosto – Participação do Gacc na Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Pirâmides Financeiras na Câmara dos Deputados.

- Participante: Thiago Bueno.

SETEMBRO

4 de setembro a 7 de setembro – Conferência Underground Economy, organizada por Team Cymru, em Praga/República Tcheca, sobre cibercrime, segurança cibernética e ciber inteligência.

- Participantes: Fernanda Teixeira (Gacc).

12 e 13 de setembro – Discussões do Gacc sobre questões práticas sobre investigação e cooperação internacional de preservação de provas eletrônicas. Participantes: todos os integrantes do Gacc.

20 de setembro – Missão do CoE em Moçambique para aprimoramento da legislação doméstica para alinhamento com a Convenção de Budapeste. Palestra sobre a experiência brasileira na adesão à Convenção sobre o Cibercrime.

- Palestrante on-line: Fernanda Teixeira (Gacc).

21 a 22 de setembro – *Workshop* Internacional de Disposições de Cooperação Internacional do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Budapeste, na sede da Eurojust, em Haia/Holanda. Seminário coorganizado pelo CoE e pela Eurojust.

- Participante: Fernanda Teixeira (Gacc).

25 a 28 de setembro – Curso de aperfeiçoamento da ESMPU, Crimes cibernéticos: teoria, prática e inteligência.

- Palestrantes: Anamara Osório Silva, Fernanda Teixeira Souza Domingos, George Neves Lodder, Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva (colaboradora).
- Participantes: Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira, Maurício Fabretti, Priscila Schreiner, Vladimir Aras.

25 de setembro – Reunião das Coordenações do Gacc e do GT TICs da 3ª CCR.

27 de setembro – *Workshop* on-line sobre Ciber Violência e Direitos Humanos organizado pelo escritório C-Proc do Conselho da Europa, com apresentações de membros da *Network Practitioners-to-Practitioners* do Chile, da Tunísia e de North Macedonia.

- Participantes: Adriano Barros Fernandes.

28 a 29 de setembro – *Workshop* da 3ª CCR, sobre Tecnologias da Informação e Comunicação e Consumidor, em Maceió.

- Participante: Neide Cardoso de Oliveira (palestrante sobre o tema Transferência Internacional de Dados nas Investigações Criminais e Proteção de Dados Pessoais (Convenção 108+).

OUTUBRO

6 de outubro – Reunião do Gacc com a Google

- Tema: Aperfeiçoamento de relação com o provedor de serviços de internet.
- Participantes: Fernanda Teixeira Souza Domingos, Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira e Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva (colaboradora) pelo Gacc e representante da Google.

6 de outubro – Análise de consulta realizada por membro da PR-RJ sobre pedido de informações a provedor de serviços de internet.

- Envolvidos na análise: Fernanda Teixeira Souza Domingos, Anamara Osório Silva (pelo Gacc e SCI), Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira, Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva (colaboradora) pelo Gacc, Dario Campregher Neto pelo Facebook e Fernando Lavieri (PR-RJ).

10 de outubro – Encontro Intersectorial para debater estratégias de prevenção e respostas às violências sexuais on-line no Brasil, organizado pela ONG Childhood Brasil.

- Encontro entre instituições públicas, organizações não governamentais e sociedade civil para debater estratégias de prevenção e respostas às violências sexuais on-line no Brasil.
- Participante: Priscila Schreiner (pelo Gacc).

11 de outubro – Reunião com o adido dos Estados Unidos em São Paulo para ajuste de procedimento sobre pedidos de cooperação para casos da matéria cibernética.

- Participante: Fernanda Teixeira pelo Gacc e Secretaria de Cooperação Internacional.

16 de outubro – Reunião com o Facebook/Meta.

- Tema: Melhora no relacionamento com provedor de serviços de internet.
- Participantes: Neide Cardoso de Oliveira, Anamara Osório Silva, Maurício Fabretti, Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira, George Neves Lodder, Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva (colaboradora) e Dario Campregher Neto (pelo Facebook/Meta).

16 de outubro – Evento no Ministério da Justiça para o lançamento do site De boa na rede com orientações sobre controle parental nas redes sociais.

- Participantes: Vladimir Aras e Priscila Costa Schreiner.

16 de outubro – Reunião do Grupo Especializado em Crimes Cibernéticos da PR-SP e do NTCCC/PR-SP.

- Tema: planejamento sobre o recebimento e a atuação nas representações sobre crimes de ódios relacionados à guerra no Oriente Médio.

- Participantes: Fernanda Teixeira Souza Domingos, Neide Cardoso de Oliveira, Vladimir Aras, Anamara Osório Silva, George Neves Lodder, Adriano Barros Fernandes, Tiago Misael de Jesus Martins, Maurício Fabretti (pelo Gacc e pela PR-SP), Lincoln e Melina Tostes (pela PR-SP) e Adriana Shimabukuro (pelo NTCCC/PR-SP).

18 de outubro – Reunião entre Gacc, Receita Federal e Sppea.

- Tema: Sistematização e padronização da preservação de custódia em evidências digitais no âmbito das apurações em curso na Administração Tributária.

- Participantes: Fernanda Teixeira Souza Domingo, Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira (pelo Gacc), Cid Carlos Costa Freitas (pela Receita Federal), Daniel Lobo (pela Sppea).

24 e 25 de outubro – Curso de aperfeiçoamento da ESMPU: A Convenção de Budapeste e a legislação brasileira.

- Participantes: Fernanda Teixeira Souza Domingos (como palestrante), Anamara Osório Silva (como palestrante), Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva (colaboradora e palestrante), Neide Cardoso de Oliveira, Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira, Thiago Augusto Bueno.

24 de outubro – Oficina para construção de uma agenda para o eixo – Ódio e violência contra grupos sociais vulneráveis realizada pela Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CGINT/Diopi/Senasp) para Integrantes da CGINT (Brasília e CIISPRs) e convidados.

- Participante do Gacc: Priscila Schreiner.

26 de outubro – Terceira série de seminários de profissionais para profissionais (Rede Internacional de Formadores Judiciários Nacionais) realizada pelo Conselho da Europa.

- Objetivo: seminários entre profissionais de diversos países, com o objetivo de partilhar ideias e conhecimentos sobre diferentes aspectos das criptomoedas.
- Participantes do Gacc: Tiago Misael de Jesus Martins (como palestrante), Fernanda Teixeira Souza Domingos, Jaqueline Buffon, Maurício Fabretti, e Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva (colaboradora).

27 de outubro – Reunião entre o Gacc e o GT Criptomoedas.

- Objetivo: Reunião de planejamento para a criação da trilha de investigações sobre “criptomoedas” no Portal E-evidence.
- Participantes: Fernanda Teixeira Souza Domingos, Anamara Osório Silva, Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira, Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva (colaboradora), todas pelo Gacc, Tiago Misael de Jesus Martins (pelo Gacc e pelo Grupo Criptomoedas) e Eduardo El Hage (Grupo Criptomoedas).

27 de outubro – reunião entre o Gacc e a Sppea.

- Objetivo: Analisar a possibilidade de criação de sistema da Sppea que aperfeiçoe a análise de provas eletrônicas.
- Participantes: Fernanda Teixeira Souza Domingos, Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira, Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva (colaboradora), todas pelo Gacc e Eduardo Henrique de Almeida Aguiar e Daniel Lobo pela Sppea.

30 de outubro – Reunião entre o Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética (Gacc), o Grupo de Combate aos Crimes Cibernéticos da Procuradoria da República do Rio de Janeiro (GCC-RJ), o Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos da Procuradoria da República de São Paulo (NCC-SP), o Núcleo Técnico de Combate aos Crimes Cibernéticos da Procuradoria da República de São Paulo (NTCC/PR-SP) e a Safernet.

- Objetivo: Debate sobre parâmetros para o enfrentamento do Discurso de ódio no contexto da guerra no Oriente Médio.

- Participantes: Fernanda Teixeira Souza Domingos, Priscila Costa Schreiner (pelo Gacc), Maurício Fabretti (pelo Gacc e pelo GCC-SP) e Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira (pelo Gacc e pelo GCC-RJ).

NOVEMBRO

1º de novembro – Reunião do Gacc com o Ministério da Justiça (MJ) e a Confederação Israelita do Brasil (Conib).

- Objetivo: Encaminhamento de notícias de crime acerca de discursos de ódio em decorrência da Guerra no Oriente Médio.

- Participantes: Fernanda Teixeira Souza Domingos, Vladimir Aras, Anamara Osório Silva, Maurício Fabretti (pelo Gacc), Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva (colaboradora), Estela Aranha (pelo MJ), Daniel Bialski e Rony Vaisouf (Conib).

3 de novembro – Reunião Gacc – Atualização do Portal E-evidence

- Objetivo: Atualizar as orientações quanto à preservação de prova, tendo em vista a criação da Coordenadoria de Investigação em Evidências Digitais e Eletrônicas (Code/Asppe/Sppea).

- Participantes: Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira e Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva (colaboradora).

6 de novembro – Conferência Internacional de Cooperação no Combate aos Crimes Cibernéticos organizada pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro.

- Objetivo: Exposição e debates de diversas instituições nacionais e internacionais sobre diversos temas referentes à Cooperação Internacional nos crimes cibernéticos.

- Participantes pelo Gacc: Neide Cardoso de Oliveira, Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira.

7 de novembro – 8th Americas Working Group on Cybercrime for Heads of Cybercrime Units and Prosecutors, organizado pela Interpol em Santo Domingo, Dominican Republic.

- Objetivo: Conferência Internacional entre órgãos de persecução penal para debate de estratégias de enfrentamento do cybercrime e treinamento sobre a Convenção de Budapeste.
- Participante do Gacc: George Neves Lodder (palestrante).

6 e 7 de novembro – Conferência On-line do Comitê de Combate ao Terrorismo do Conselho da Europa *Abuse of Livestreaming, Gaming and Virtual Reality Services and Platforms by Terrorist Actors*.

- Objetivo: Conferência internacional para o debate sobre uso de plataformas de transmissão ao vivo, jogos e realidade virtual por atores terroristas.
- Participantes pelo Gacc: Fernanda Teixeira Souza Domingos e Tiago Misael Martins.

7 a 10 de novembro – Evento da Secretaria de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal: Tecnologias da Informação no Combate à Corrupção – Melhores práticas do Reino Unido.

- Participantes do Gacc: Anamara Osório Silva (pelo SCI e Gacc) e Tiago Misael Martins.

10 de novembro – Palestra sobre Convenção de Budapeste – Escola dos Magistrados (Emag) do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

- Objetivo: Compartilhamento de informações sobre as inovações trazidas pela Convenção de Budapeste.
- Participantes: Fernanda Teixeira Souza Domingos (palestrante) e Priscila Costa Schreiner.

13 a 14 de novembro – Taller regional organizado por el Ministerio Público de Chile y apoyado por el proyecto GLACY+ - Cooperación público-privada en América Latina sobre ciberdelincuencia y pruebas electrónicas.

- Objetivo: Debates sobre a melhoria a longo prazo da cooperação entre as autoridades de justiça criminal latino-americanas e os provedores de serviços internacionais.

- Participantes do Gacc: Neide Cardoso de Oliveira, Anamara Osório Silva.

15 a 17 de novembro – 46ª TPD – reunião do Comitê de Proteção de Dados da Convenção 108+ do Conselho da Europa, em Estrasburgo, França.

- Participante do Gacc: Fernanda Teixeira Souza Domingos.

27 de novembro – Reunião do Gacc, MP-SP e o Grupo de Combate a Crimes Cibernéticos da Procuradoria da República em São Paulo (GCC/PR-SP).

27 de novembro – Reunião de integrantes do Gacc.

27 de novembro – Reunião dos Naops da 3ª e 4ª Regiões e de procuradores da República dessas regiões a respeito do enfrentamento de células neonazistas.

- Participantes: Fernanda Teixeira Souza Domingos (pelo GACC), Ana Letícia Absy (PRDC-SP), André Ramos (Naop 3ª Região), Marcelo Beckhausen (Naop 4ª Região), outros colegas de Santa Catarina.

29 de novembro – Evento da Safernet na Embaixada no Reino Unido sobre Educação para Cidadania Digital como Estratégia de Prevenção à Criminalidade Cibernética.

- Objetivo: Debate entre instituições e sociedade civil organizada sobre a importância da educação digital na prevenção à criminalidade cibernética.

- Participantes do Gacc: Priscila Costa Schreiner (palestrante) e George Neves Lodder.

30 de novembro – Reunião do Gacc com o Kwai.

- Objetivo: Melhorar interlocução com provedor de serviços de internet.

- Participantes: Vladimir Aras, Priscila Costa Schreiner, Maurício Fabreti, Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira, George Neves Lodder e Melissa Blagitz (colaboradora), (todos pelo Gacc) e Marcos Mileo Brasil pela empresa Kwai.

30 de novembro – Participação on-line da coordenadora do Gacc, Fernanda Teixeira Souza Domingos, como palestrante no painel *Cyber Compliances For Corporates And Limiting Liability, During & Post Covid19 – Indian & Global Approaches, na International Conference On Cyberlaw, Cybercrime & Cybersecurity*.

- Painel apresentado: *Compliance of ISPs in Brazil – Brazil Civil Rights Framework for the Internet*.

DEZEMBRO

1º de dezembro – Reunião do Gacc, Polícia Federal e Safernet.

- Objetivo: exposição do Plano de Atuação da Senasp/MJ incluindo o eixo Manifestação de Ódio e Violência contra Grupos Sociais Vulneráveis.
- Participantes: Fernanda Teixeira Souza Domingos, Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, Vladimir Aras, Priscila Costa Schreiner, Jaqueline Buffon, George Neves Lodder (todos pelo Gacc); DPF Sobral (pela PF) e Thiago Tavares (Safernet).

4 de dezembro – Reunião com Gacc e Ministério da Justiça – Secretaria de Assuntos Digitais.

- Participantes: Fernanda Teixeira Souza Domingo, Vladimir Aras, Priscila Costa Schreiner, Jaqueline Buffon, Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira, George Neves Lodder, Melissa Blagitz (colaboradora), todos pelo Gacc e Estela Aranha (pela Secretaria de Assuntos Digitais do MJ).

5 de dezembro – Reunião com Gacc, Gaeco do Ministério Público de São Paulo (Franca), Receita Federal e Sppea.

5 de dezembro – Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Combate à Violência Escolar da Comissão da Infância, Juventude e Educação (Cije) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

- Participante: George Neves Lodder (Gacc).
- Mês de dezembro – Estudo da LGPD penal.
- Objetivo: Estudar o Projeto de Lei nº 1.515/2022 da LGPD penal, em especial, sobre o seu reflexo no combate aos crimes cibernéticos e na produção de provas eletrônicas.
- Participante: Thiago Augusto Bueno.

11 a 15 de dezembro – Reunião do Comitê TCY da Convenção de Budapeste e Conferência Octopus do Cybercrime com diversos eventos paralelos, na Romênia em Bucareste.

- Participantes pelo Gacc: Fernanda Teixeira Souza Domingos (presencial), Anamara Osório (on-line) e Melissa Blagitz (colaboradora – on-line).

11 a 12 de dezembro – TCY – Reunião plenária do Comitê da Convenção de Budapeste sobre o Cibercrime em Bucareste na Romênia.

- Participante: Fernanda Teixeira Souza Domingos (Gacc).

12 de dezembro – Reunião dos coordenadores da Rede de Capacitação dos Profissionais Juízes e Procuradores. Rede Practitioners to Practitioners. Evento paralelo à reunião TCY em Bucareste na Romênia. Apresentação do *Guia de Boas Práticas para Treinamento das Autoridades de Justiça*.

- Participante: Fernanda Domingos (Gacc).

13 a 15 de dezembro – Conferência Octopus sobre o Cibercrime e Provas Eletrônicas do Conselho da Europa na Romênia.

- Participação: Fernanda Teixeira Souza Domingos, como relatora do *Workshop* sobre o Atual Estágio da Legislação Global sobre Crimes Cibernéticos e Provas Eletrônicas e pales-

trante no *Workshop* sobre Xenofobia e Racismo On-line versus Liberdade de Expressão, de forma presencial, e Anamara Osório e Melissa Blagitz on-line.

Dia 19 de dezembro – Reunião informal do Comitê Ad Hoc da ONU com a sociedade civil e o MRE, além das autoridades que participam do processo.

- Participação on-line: Fernanda Domingos, Melissa Blagitz e Neide de Oliveira.

Dia 19 e 20 de dezembro – Reunião informal do Comitê Ad Hoc da ONU que está no processo de elaboração de uma convenção sobre o cibercrime e provas eletrônicas no âmbito das Nações Unidas. Tema: Proposta de inserção de novos delitos no draft da Convenção.

- Participação: Fernanda Domingos, Melissa Blagitz e Neide de Oliveira.

2.8.7 Grupo de Trabalho sobre Acordos de Não Persecução Penal (ANPP)

No ano de 2023, a Portaria 2ª Câmara nº 2, de 10 de março de 2023, prorrogou as atividades do grupo de trabalho sobre ANPP e reconduziu parte de seus integrantes: Bernardo Meyer Cabral Machado, Carlos Vinicius Soares Cabeleira, Gabriel Silveira de Queiros Campos, Luis Cláudio Senna Consentino, Monique Cheker Mendes e Rafael Martins da Silva.

O mesmo ato incluiu novos integrantes: José Roberto Pimenta Oliveira, Cintia Melo Damasceno Martins, Daniel de Resende Salgado e Ana Paula Ribeiro Rodrigues. A Portaria 2ª Câmara nº 4, de 12 de maio de 2023 desligou do GT, a pedido, o procurador da República Gabriel Silveira de Queiros Campos, mantendo-se a composição anteriormente mencionada.

No começo do ano, a composição antiga realizou uma primeira reunião em 11 de janeiro de 2023 para tratar de pontos do levantamento estatístico que estava sendo realizado naquele momento.

Posteriormente, realizou-se a primeira reunião com a composição atual em 17 de abril de 2023 (PRM-CAC-MT-00001980/2023).

No curso do ano, outros encontros virtuais (plataforma Zoom) foram realizados para debater pontos de trabalho, ajustar ações e evoluir com a entrega de alguns produtos do GT: 15/6 (PRM-CAC-MT-00002432/2023), 27/6 (PR-TO-00030110/2023), 7/7/2023 (PR-TO-00030111/2023), 20/9 (PRM-CAC-MT 00002432/2023), 15/12 (PR-TO-00033471/2023).

O coordenador do GT, que assina esse relatório, no âmbito do trabalho desenvolvido pelo grupo, ainda se reuniu com Dr. José Rubens Plates da PRM Araraquara-SP e com servidores do Inova-Lab da PR-SP, virtualmente pelo Zoom, tendo como assunto inovações e aspectos procedimentais relacionados aos acordos de não persecução penal (26/9/2023).

O plano de trabalho foi apresentado (PRM-CAC-MT-00002962/2023) e foi elaborado em conformidade com o Ato Conjunto PGR/CASMPU N° 1/2023 e com a Portaria PGR/MPF n° 424/2023, que o regulamenta (o art. 4º, § 1º, II, e § 3º, do Ato Conjunto e nos arts. 3º, II, e 4º da Portaria).

O plano se funda, em síntese, i) no resgate do protagonismo no MP no modelo acusatório; e ii) na constatação fática de um crescente aumento de demanda e trabalho para fazer frente à nova rotina de ANPP.

Itens de desenvolvimento

Como consta no plano de trabalho, dois objetivos gerais foram fixados:

- 1) No plano procedimental e organizacional:
 - a) a estruturação uniforme de Núcleos de Acordos de Não Persecução Penal diante das dificuldades estruturais dos gabinetes;
 - b) a sugestão de procedimento/rotina básica de padronização na condução dos ANPP;
 - c) automatização de algumas rotinas com a sugestão de regras de negócio à administração central.
- 2) No plano analítico e de conteúdo:
 - a) a análise dos dados coletados com base em levantamento anterior realizado pelo GT dentro do universo estatístico de ANPPs celebrados pelo MPF, que permi-

tirão verificar deficiências e subsidiar a elaboração das diretrizes mencionadas no item abaixo;

b) a elaboração de diretrizes para celebração do ANPP – que poderão resultar na definição de orientações ou sugestões de enunciados às Câmaras de Coordenação e Revisão ou em roteiros de atuação.

Nesse contexto, as ações foram realizadas no cronograma de atividades fixadas para alcançar as metas estipuladas pelo GT: i) elaboração de proposta de criação dos núcleos de ANPP uniformizados e elaboração de regras de negócio como sugestões à Câmara de Coordenação e Revisão; ii) elaboração de diretrizes para sugerir à Câmara de Coordenação e Revisão a edição de orientações e enunciados.

Destaque-se (1 – Resumo da ação; 2 – Resultado; 3 – Documento):

- 1) Encaminhada pesquisa finalizada em 17 de julho de 2023 sobre o possível uso de núcleo de ANPP pelos membros.
- 2) Proposta de núcleo/central de ANPP encaminhada à 2ª CCR.
- 3) Link: <https://forms.gle/cMRV8BNVBs4FRCZU9>.

1) Solicitação de expedição de orientação sobre boas práticas nos acordos de não persecução penal – GT ANPP (destinação de bens com base no art. 28-A, V).

2) Sugestão de orientação: "Com fundamento no art. 28-A, V, do CPP, é possível prever a destinação de bens e valores derivados de Acordos de Não Persecução Penal para entidades públicas ou de interesse social, a ser indicada pelo Ministério Público Federal, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito".

3) PRM-CAC-MT-00001636/2023.

- 1) Conclusão plano de trabalho.
 - 3) PRM-CAC-MT-00002962/2023.
-

- 1) Sugestão de diversas orientações e enunciados.
 - 2) a) "No caso de o autor do fato alegar a impossibilidade de reparação integral, importante que o membro do Ministério Público Federal solicite comprovação da situação de hipossuficiência, a exemplo das três últimas declarações de imposto de renda, ou busque, através de sistemas próprios, como o RADAR, a citada comprovação".

b) "Quando da realização do ANPP, nos casos em que houver dano, é desejável que o membro do Ministério Público Federal intime a vítima para se manifestar sobre aquela reparação."

c) Opção 1: "Na fixação das cláusulas do ANPP, ainda que prevejam a destinação de bens e valores, é desejável que os membros do Ministério Público Federal utilizem o inciso V do art. 28-A do CPP, que confere uma maior amplitude de atribuição."

c) Opção 2: "Na fixação das cláusulas do ANPP, é desejável que os membros do Ministério Público Federal fixem, dentro do possível, outras condições além das destinadas ao juízo da execução penal, conforme autorizado pelo art. 28-A, V, do CPP."

d) "Em caso de não haver reparação integral do dano, por impossibilidade de fazê-lo, é importante que o membro do Ministério Público Federal explicita as razões da impossibilidade no instrumento do acordo."

e) "No momento da propositura do ANPP, é importante que se insira a confissão circunstanciada no acordo, evitando-se a mera referência aos autos do inquérito policial."

f) "Sendo o ANPP um instrumento de política criminal consensual, a cargo do titular da ação penal, é desejável que seja discutido e formalizado extrajudicialmente".
 - 3) PR-TO-00030796/2023.
-

- 1) Encaminhamento dos tópicos para pesquisa sobre decisões da 2ª CCR em temas de ANPP.
- 2) Sistematização dos julgados dentro dos critérios estabelecidos pelo GT e pela divulgação na página na internet da 2ª CCR para consulta dos membros e interessados.

<https://novoportal.mpf.mp.br/rededebibliotecas-acervo-interno/rededebibliotecas-acervo-interno/mpf/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/comissoes-e-grupos-de-trabalho/gt-anpp-acordos-de-nao-persecucao-penal/topicos-de-pesquisa-1>

Obs.: atividade ainda em andamento para concluir a pesquisa inicial e primeira divulgação ampla; contudo, a ideia é que a atualização seja constante e independente do GT ou da provocação de qualquer procurador, dependendo somente da alimentação da base – dentro dos tópicos estabelecidos – pelos servidores da CCR.

- 3) PR-TO-00001616/2024.

2.8.8 Grupo de Trabalho sobre Criptoativos

Instituído originariamente como Grupo de Trabalho pela Portaria 2ª CCR nº 14/2021, com validade sucessivamente prorrogada até 25 de outubro de 2025, pelas Portarias 2ª CCR nº 9/2022 e nº 11/2023, e transformado em Grupo de Apoio pela Portaria nº 13/2023.

Ao longo do ano de 2023, em conformidade com o estabelecido em seu Plano de Trabalho Anual, o grupo concluiu o roteiro de atuação *Criptoativos: perseguição patrimonial*, amplamente divulgado e já disponível em três idiomas; participou de discussões sobre a regulamentação do assunto no CNMP e no CNJ; elaborou parecer técnico sobre o *Relatório Final da CPI das Pirâmides Financeiras*; participou de seminários, cursos e treinamentos relacionados ao tema, no Brasil e no exterior, além de ter mantido interlocução permanente e realizado reuniões com variados órgãos e instituições.

Pontuamos, na sequência, algumas dessas atividades e desses resultados obtidos.

DIFUSÃO DO CONHECIMENTO		
	Atividades realizadas	Resultados obtidos
1	Conclusão do primeiro roteiro de atuação sobre o tema e sua divulgação.	Roteiro de atuação <i>Criptoativos: persecução patrimonial</i> , gratuitamente disponível ao MPF e à comunidade jurídica em geral.
2	Supervisão da tradução para as versões em línguas estrangeiras do mencionado roteiro.	Disponibilização do roteiro nas versões em inglês e espanhol, viabilizada pela SCI.
3	Ampla difusão do roteiro.	Entrega da publicação aos MPs participantes da Rede de Cibercriminalidade da CPLP e da CiberRed da AIAMP, em coordenação com a SCI. Notícias em vários veículos de comunicação sobre a publicação.
4	Coordenação de uma coletânea de artigos sobre criptoativos.	O lançamento e a publicação encontram-se previstos para o dia 14 de março de 2024.

QUALIFICAÇÃO		
	Atividades realizadas	Resultados obtidos
1	Realização dos cursos da TRMLabs " <i>Blockchain Fundamentals</i> ", " <i>Crypto Investigator</i> " e " <i>Advanced Investigator</i> ", sem qualquer desoneração ou ônus ao MPF.	Obtenção das três certificações.

PRINCIPAIS REUNIÕES E PARTICIPAÇÕES EM GERAL		
	Atividades realizadas	Resultados obtidos
1	Participação no GT do CNMP constituído para tratar da atuação ministerial envolvendo busca, apreensão e alienação de criptoativos.	Elaboração de uma proposta de resolução, pendente de apreciação pelo Plenário do CNMP (Proposição 1.000343/2023-31).
2	Participação, a convite do conselheiro Jaime de Cassio Miranda, nas discussões sobre a regulamentação do assunto perante o CNMP.	Apresentação de parecer técnico sobre a proposta de minuta relativa ao assunto.
3	Participação, a convite do conselheiro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, nas discussões sobre a regulamentação do assunto no CNJ.	Apresentação oral de contribuições técnicas nas discussões.
4	Participação, com a SCI, na organização das reuniões da CiberRed e da Rede Cibercriminalidade.	Apresentação de contribuições orais durante os eventos.

PRINCIPAIS REUNIÕES E PARTICIPAÇÕES EM GERAL		
	Atividades realizadas	Resultados obtidos
5	Realização de reuniões presenciais em Brasília, em uma única data, com diversos órgãos e instituições, como 2ºCCR-MPF, Sppea-MPF, Polícia Federal, Banco Central do Brasil e Coaf.	Ampliação das atribuições do GT, com a sua transformação em GA (Portaria 2ºCCR/MPF nº 13/2023). Elaboração de parecer técnico sobre o relatório final da CPI das Pirâmides Financeiras. Conclusão do procedimento de contratação de ferramenta comercial para auxílio a investigações que envolvam criptoativos.
6	Participação na RedCoop e na Red Anticorrupção da AIAMP, como representante da PGR/SCI, no tema de Criptoativos.	Apresentação de contribuições técnicas.
7	Representação do GT Cripto no <i>Working Group</i> de Criptoativos para América Latina, criado pelo Departamento de Justiça Americana (13.6.2023 a 16.6.2023 em Santiago, Chile).	Apresentação da experiência brasileira no combate a crimes envolvendo criptoativos (Operação Kryptos) e apresentação do Roteiro de Atuação elaborado pelo GT. Interlocução com autoridades internacionais responsáveis pelo combate a crimes envolvendo criptoativos.
8	Reunião do Grupo de Trabalho de Criptomoedas do U.S. Department of Justice (Santiago/Chile).	Início das tratativas para receber e dar treinamentos a promotores e policiais da América Latina sobre criptoativos.
9	Participação no <i>workshop</i> Sistema Financeiro Nacional e Mercado de Capitais, da 3ª CCR.	Apresentação sobre o "MPF e os Criptoativos".
10	Participação no VI Encontro da Rede Ibero-Americana de Procuradores contra a Corrupção.	Apresentação sobre "Casos criminais envolvendo criptoativos".
11	Participação na III Jornada de Direito Processual Civil do CJF.	Proposição, sustentação e aprovação dos Enunciados 162 e 209, sobre <i>persecução patrimonial de criptoativos</i> .

2.9 Eventos e Orçamento

2.9.1 Reuniões

Em 2023, a Câmara realizou uma série de reuniões internas e com representantes de vários órgãos para alinhar e aprimorar a atuação criminal. Foram realizadas as seguintes reuniões:

DATA	HORÁRIO	LOCAL
Janeiro		
1º/2/2023	Reunião do GT Criptoativos	2ºCCR/PGR
Março		
15 e 16/3/2023	Reunião do GT Utilidade	2ºCCR/PGR
JUNHO		
27 e 28/6/2023	Reunião do GT Utilidade	2ºCCR/PGR
Agosto		
22 a 24/6/2023	Reunião dos Coordenadores dos Gaecos	Hotel Cullinan Hplus Brasília
Setembro		
4/9/2023	Reunião do Gacc	Brasília/DF
5/9/2023	Coletiva Operação Resgate Grupo Móvel	Brasília/DF
Outubro		
5 e 6/10/2023	Reunião do GNCOC MP/SP	São Paulo/SP
Novembro		
13 e 14/11/2023	Seminário Regulação e Concorrência	Brasília/DF
29/11/2023	Reunião sobre Criptoativos	2ºCCR/PGR
Dezembro		
5/12/2023	Reunião do Gacec-Trap	2ºCCR/PGR
6 e 7/12/2023	Oficina do GATJ	PGR

2.9.2 Referencial Orçamentário

O ano de 2023 foi marcado pela realização das atividades tidas como prioritárias para a área criminal, como a participação nas operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel contra o Trabalho Escravo, atuação em apoio à atuação aos Gaecos/MPF.

Levando em conta o gráfico a seguir, observa-se que as ações para erradicação do trabalho escravo seguiram em posição de destaque na execução do orçamento, demonstrando a priorização da atuação do MPF no enfrentamento dos crimes relacionados a esse tema.

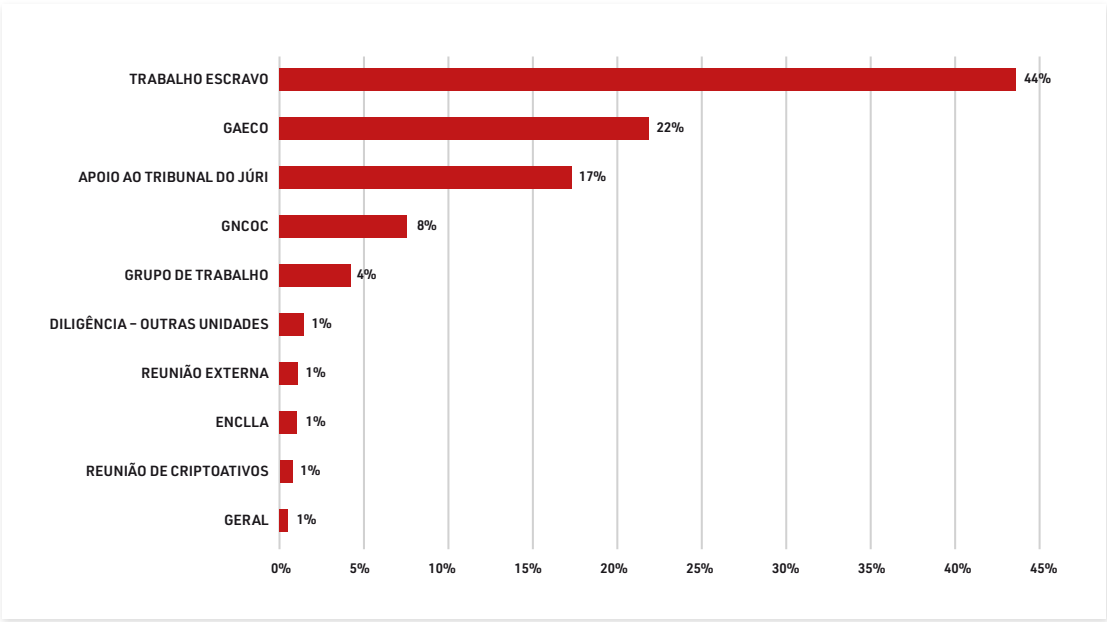
Além disso, houve esforços empreendidos para o engajamento e aprimoramento da atuação do MPF no combate às organizações criminosas, a partir do apoio na participação dos representantes dos Gaecos MPF na reunião do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), realizada em São Paulo, nos dias 5 e 6 de outubro de 2023.

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2023/mpf-participa-de-reuniao-do-grupo-nacional-de-combate-as-organizacoes-criminosas-1>

Ademais, foram realizados custeio de reuniões externas, diligências e transporte de membros, com vistas a permitir a realização de atividades consideradas prioritárias para a área criminal.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição da despesa por subcategoria, conforme extraído do sistema da Central de Viagens e Eventos:

Gráfico 1 – Distribuição da Despesa por Categoria



Fonte: <http://bi2.mpf.mp.br/idx.htm>

3 PUBLICAÇÕES

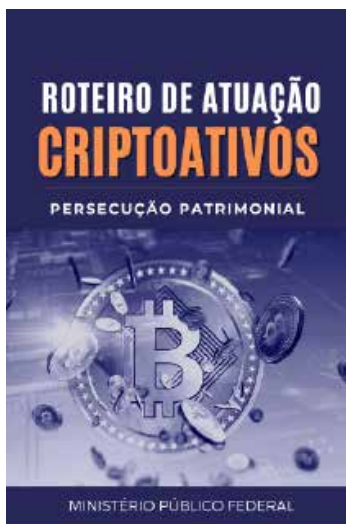
Em 2023, a 2ª Câmara divulgou os resultados de suas atividades por meio de 22 comunicados.

Além disso, realizou chamamento público por meio de edital para processo seletivo de artigos para publicação eletrônica em formato de *Coletânea de Artigos sobre Aspectos Jurídicos-penais Relacionados aos Criptoativos*.

<https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/comunicados-da-2a-ccr-1/2023/comunicado-6-edital-no-2-selecao-de-artigos-sobre-criptoativos.pdf>

Nesse mesmo contexto, vale mencionar ainda a publicação do *Roteiro de Atuação Criptoativos: Persecução Patrimonial*, que chegou para ampliar o debate público sobre o tema e auxiliar outras instituições e os profissionais do direito em geral na compreensão do tema sob o ponto de vista da atuação ministerial.

<https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/roteiro-atuacoes/criptoativos-persecucao-patrimonial>



Demais produtos e resultados da atuação da Câmara podem ser acessados no endereço: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2>

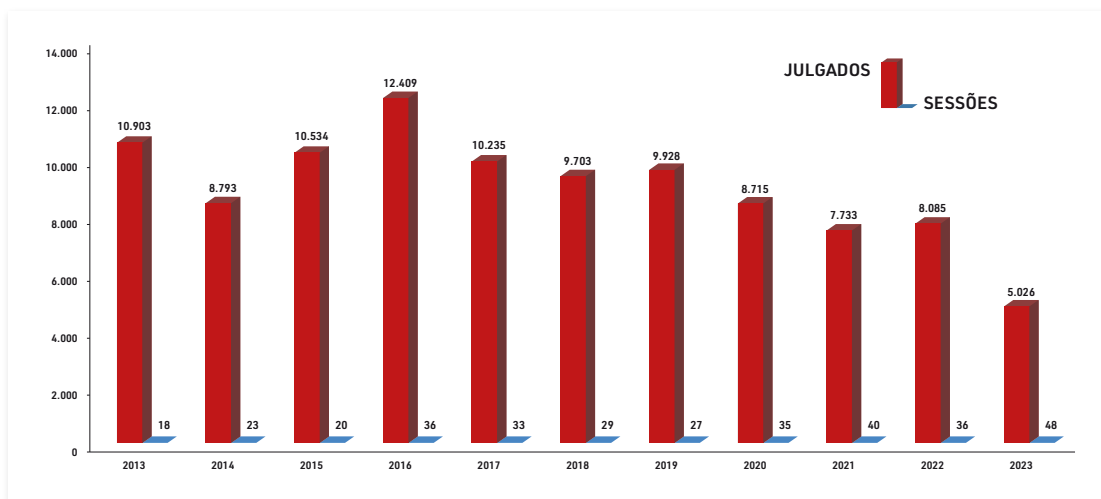
4 ATIVIDADES DE REVISÃO

A 2ª Câmara, órgão setorial de coordenação e revisão do exercício funcional no Ministério Público Federal relativo à matéria criminal, dedica grande parte de seus esforços ao exame de procedimentos criminais, judiciais ou extrajudiciais, que exigem manifestação superior sobre o arquivamento, a teor do art. 28 do Código de Processo Penal; do art. 62, IV, da Lei Complementar nº 75/1993; e da Resolução nº 77 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF).

A 2ª Câmara também efetua a revisão das manifestações de declínio de atribuição em que o membro do *Parquet*, reconhecendo a incompetência da Justiça Federal, admite que não tem atribuição para atuar e determina o encaminhamento dos autos a outros ramos do Ministério Público. Nesse caso, deve o procurador remeter os autos à 2ª Câmara para homologação do declínio de atribuição. Além disso, a 2ª Câmara analisa casos de conflito de atribuição entre membros do MPF e Acordos de não Persecução Penal. Na tabela a seguir, apresenta-se a evolução anual do quantitativo de procedimentos apreciados no âmbito do colegiado.

Quantidade de procedimentos apreciados por ano

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Sessões	18	23	20	36	33	29	27	35	40	36	48
Julgados	10.903	8.793	10.534	12.409	10.235	9.703	9.928	8.715	7.733	8.085	5.026

Gráfico 2 – Comparativo do total de feitos apreciados e quantidade de sessões realizadas por ano

Obs.: os números englobam os processos deliberados nas sessões de julgamento, bem como os apreciados por decisão monocrática.

Ressalte-se que, em razão da existência de orientações e enunciados expedidos pela 2ª Câmara, alguns processos deixaram de ser encaminhados para homologação do colegiado, tendo em vista que as unidades podem promover o arquivamento ou declínio de atribuição diretamente na unidade, o que contribui para a melhoria da eficiência e efetividade da atuação criminal.

